

filantropia & gestão social



Brasil – Edição 47 – Jul./Ago. – 2010

Especial

Cresce número de refugiados que pedem asilo a países estrangeiros

Administração

Lei da Mãe Social estabelece laços entre profissionais, crianças e adolescentes de casas-lares

Sustentabilidade

Tradições regionais erguem o quarto pilar da sustentabilidade: a cultura

Guia prático da Nova Lei da Filantropia

Veja todos os esclarecimentos que o decreto 7.237/10, publicado em 21 de julho, trouxe sobre a lei 12.101/09



Fundador do Grupo Cultural AfroReggae fala sobre sua motivação para atuar na área social, as desigualdades do país e os caminhos possíveis para mudar a realidade

Entrevista
José Junior



São Paulo-SP
20 de agosto

Captação de Recursos Internacionais para Projetos Sociais

João Paulo Vergueiro

24 de agosto

Treinamento prático: inserindo propostas no Portal de Convênios SICONV

Rosana Pereira

27 de agosto

Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto de Projetos Sociais

Carol Zanoti

Recife

24 de agosto

Decreto Federal nº 7.237/10: aspectos contábeis e de gestão das filantrópicas

Eduardo Jorge Pessoa de Melo, Ivan dos Santos Pinto, Ricardo Roberto Monello

1, 2 e 3 de setembro

Festival Latino-Americano de Captação de Recursos - Recife'2010

Belo Horizonte

27 de agosto

Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos - Curso Intensivo Itinerante

Ricardo Falcão

Brasília

9 de setembro

Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor - Curso Intensivo Itinerante

Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini

Rio de Janeiro

14 de setembro

Decreto Federal nº 7.237/10: aspectos contábeis e de gestão das filantrópicas

Eduardo Jorge Pessoa de Melo, Ivan dos Santos Pinto, Ricardo Roberto Monello

Treinamentos em Gestão Social



diálogo
social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Sumário

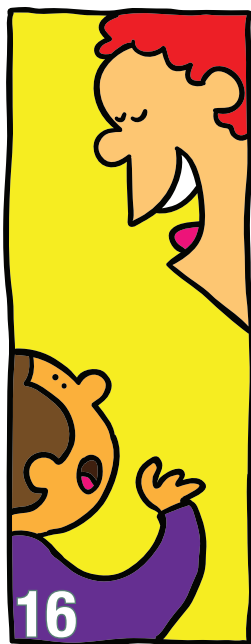


04

Entrevista

José Junior

Empreendedor social fala sobre o Grupo Cultural AfroReggae e o desenvolvimento da área social no Brasil



16

Captação de Recursos

Face to face

Como utilizar a captação face to face, ou cara a cara, para atrair indivíduos para sua causa



36

Capa

Decreto 7.237/10

Guia prático mostra as mudanças trazidas pelo decreto 7.237/10, publicado em 21 de julho, e suas implicações na lei 12.101/09, a Nova Lei da Filantropia



44

Especial

Refugiados

Número de refugiados no mundo cresce – em 2009, mais de 43 milhões de pessoas fugiram de seus países de origem devido a conflitos sociais

Acontece	08
Ponto de Vista	14
Contabilidade	20
Voluntariado	22
Administração	26
Legislação	29
Sustentabilidade	46

Responsabilidade Social	50
Case Empresarial	53
DataFilantropia	56
Serviços	58
Geração de Renda	62
Reflexão	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308
CEP 02013-002
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Coordenação de Gestão Social
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Gestão Social
Ana Luisa Morais do Nascimento
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa
Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán Martins
Comercial
Hilton Rocha da Justa
Ricardo Peternella de Souza
Atendimento
Carolina Brascioli
Raquel Siqueira Gomes
Colaboradores
Cíntia de Paula
Luciano Guimarães
Paula Craveiro

Coordenação de Arte
Adriano Aguina
Assistente de Arte
Rafael Sarto
Diagramação
Cristiane Gonçalves Cabral
Daniela Verônica Lima
Janaina Beltrame dos Santos
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro Mendes
Viviane Siqueira Vilela
Controle Editorial
Marcos Rafael Tosetti
Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues
Revisão
Ana Maria Tomasevicus
Melina Marin de Castro
Thamara Chrystina de Andrade

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Lívio Giosa
Marcelo Estraviz
Milú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Editorial

É muito fácil administrar um projeto social...

Se você não concorda com a frase acima, é porque provavelmente faz parte da grande maioria dos projetos sociais que trabalha arduamente em busca de seus objetivos com poucos recursos e com uma equipe de profissionais – voluntários ou não – que não estão totalmente preparados para a dura realidade das ONGs brasileiras.

Uma das principais falhas do Terceiro Setor é a falta de desenvolvimento adequado de um **Círculo de Liderança Comprometida**, ou seja, a falta de liderança da equipe. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, o líder, erroneamente, toma posicionamento e comportamento de voluntário e acaba contagiando toda a equipe.

Talvez tal comportamento seja provocado pela ansiedade ou pela necessidade emergencial de conseguir fundos para tocar o barco.

Diversos gestores tentam buscar recursos de forma atabalhoada, sem planejamento. Acreditam que a “causa” é suficientemente forte para convencer a sociedade de que é preciso participar. Às vezes funciona, mas geralmente não.

Preocupam-se com o mínimo, com os incêndios do dia a dia, mas deixam as oportunidades passarem, muitas vezes por “medo”. Diante de algum grande projeto, recurso ou edital, dizem que essas informações não cabem à sua instituição e que não possui condições para elaborar ou executar projetos desse porte. Assim, as oportunidades vão passando...

Por falta de iniciativa, essas instituições não implantam um setor de captação de recursos porque não têm recursos. E, como em um círculo vicioso, a ausência de recursos é explicada pela falta de um setor de captação de recursos. Assim, vivem nos problemas, e não nas soluções.

Então, concluímos que **para se fazer o bem, é preciso estar bem**.

Não basta ter conhecimento para elaborar projetos ou fazer uma boa prestação de contas. É necessário, antes de tudo, focar nos gestores. Muitas vezes, as oportunidades passam por MEDO, VAIDADE ou DESCOMPRO-METIMENTO da equipe que rege a orquestra.

Para que haja essa transformação e estruturação do pensamento dos gestores do Terceiro Setor, é preciso **mudar o foco** primeiro das pessoas envolvidas na gestão para, assim, mudar toda a organização.

OBS: Parte desse texto é um relato de Perolina Cezar, de Cuiabá, que, após fazer o treinamento Transformação e Liderança, ministrado pelo GATH, vem mudando esse cenário em sua instituição.

Otávio Clinton Pinheiro

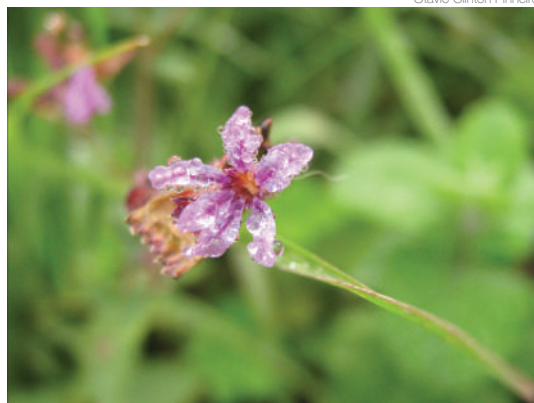



Foto tirada por aluno Otavio Clinton Pinheiro, que frequenta a 4ª série do ensino fundamental na Escola Municipal Arco-Íris. A iniciativa do Projeto Ver e Pensar Fotografias não só ensina adolescentes de escolas públicas a tirar fotos, mas também estimula o debate sobre os temas do dia a dia.

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br


Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais





Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

www.asplan.com.br

comercial.sp@asplan.com.br

MUDANDO A

Crédito: Christian Rodrigues

Por Thaís Iannarelli

Avontade de mudar a difícil realidade em que vivia foi o que impulsionou José Junior a ser, hoje, um dos maiores empreendedores sociais do Brasil. Um dos fundadores do Grupo Cultural AfroReggae (GCAR), Junior viu na educação, na arte e na cultura ferramentas para mudar a história de crianças e jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro.

Em 1992, fundou o GCAR, em princípio fazendo o jornal *AfroReggae Notícias*. O informativo era gratuito e se tornou um canal aberto para debates sobre os problemas que afetavam a vida dos pobres. Após a chacina de Vigário Geral, em 1993, quando morreram 21 moradores, o grupo expandiu sua área de atuação e passou a oferecer oficinas de percussão, capoeira, reciclagem de lixo e dança para os moradores da região.

Hoje, com 17 anos de existência, o AfroReggae já atua em cinco favelas e tem mais de 70 projetos em andamento. A instituição já ganhou prêmios nacionais e internacionais, e Junior, como fundador, também já foi agraciado com alguns: Medalha Pedro Ernesto, concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e Medalha do Mérito Segurança Pública, do Governo do Estado. Além disso, já esteve na lista dos cem brasileiros geniais da atualidade, do jornal O Globo. Em 2006, foi também Jovem Líder para o Futuro Mundial, no Fórum Econômico Mundial de Davos. Em 2007, foi novamente citado no rol das cem pessoas mais influentes do país, pela Revista Isto É, além de ter sido um dos finalistas do Prêmio Trip Transformadores, da publicação de mesmo nome.

Atualmente, além de conduzir o AfroReggae, Junior está à frente do programa Conexões Urbanas, transmitido pelo canal a cabo Multishow. O objetivo é mostrar os diferentes guetos em que a sociedade está dividida, trazendo informações sobre sustentabilidade, cidadania e paz. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Junior fala sobre o desenvolvimento social no país e as conquistas do AfroReggae. ▶

José Junior, fundador do Grupo Cultural AfroReggae, transformou a realidade da favela por meio do incentivo à cultura

REALIDADE

Revista Filantropia: Como você começou a atuar na área social e qual foi seu incentivo para isso?

JJ: Nasci e cresci numa região violenta do centro do Rio. Vi muitos amigos meus se envolverem com drogas, crime e violência, até morrer. Eu mesmo era brigaço. Mas quis fazer alguma coisa para mudar essa situação de injustiça social.

RF: Como surgiu o Grupo Cultural AfroReggae e quais são as suas principais conquistas até hoje?

JJ: No início era só vontade, depois começamos a reunir pessoas com a mesma intenção de enaltecer a cultura afro-brasileira e o reggae. Começamos a produzir festas e reunir essa galera do reggae. Das festas, passamos para um jornal sobre esse assunto, o *AfroReggae Notícias*, mas ainda não era o suficiente. Comecei a me destacar um pouco no grupo quando conheci pessoas de dentro das favelas, e ficávamos imaginando a quantidade de talento que não estaria perdida pelos becos e entregue ao assédio dos bandidos. Logo em seguida veio a chacina de Vigário Geral, quando 21 moradores foram brutalmente assassinados por policiais militares. Pela primeira vez fomos convidados a participar de uma manifestação da iniciativa popular reconhecida como movimento, e nos instalamos em Vigário.

RF: Você considera que, do início dos anos 1990 para cá, houve alguma mudança nas favelas onde o AfroReggae atua?

JJ: Com certeza as coisas melhoraram. Antes, a juventude se espelhava no traficante como um ídolo e herói. Hoje, eles querem ser artistas do AfroReggae, aparecer na televisão e ser famoso.

RF: E em relação ao país em geral, no que diz respeito ao desenvolvimento social?

JJ: Temos muito a fazer, são várias questões pendentes e o Brasil começa agora a sair do discurso de ser sempre o país do futuro para fazer parte dele, como um dos principais atores globais. O AfroReggae tem atuado como um realizador de ações sociais transformadoras cada vez mais reconhecidas lá fora.

RF: O que você acha da atuação das ONGs no Brasil, de modo geral, e a relação delas com o governo e as empresas?

JJ: Cada ONG faz bem o seu trabalho dentro do escopo de projeto a que se propõe. O governo precisa e apoia movimentos de iniciativa popular, e esse tripé é


Temos problemas muito graves de formação de violência e criminalidade, empregos informais e a própria corrupção, que são entraves para o nosso desenvolvimento.

uma tendência global que está se consolidando agora no Brasil. Se não formos a única instituição social, devemos ser uma das primeiras a fazer bom uso desse tripé organização social + governo + iniciativa privada. Essa relação é importante para a nossa independência financeira, que garante a manutenção dos nossos cinco núcleos comunitários no Rio e de mais de 70 projetos para promover diretamente emprego e renda duráveis para a população que vive abaixo da linha da pobreza. Por exemplo, a cada ano saem da prisão quase 45 mil pessoas. Elas não têm nem o dinheiro da passagem, muitas vezes. Precisam que alguém promova oportunidades, pois quando saem da cadeia a única porta que continua aberta é a do crime. Precisamos reverter esse ciclo.

RF: Você é a favor ou contra a descriminalização da maconha? Por quê?

JJ: Não uso drogas, nunca usei e sou contra o álcool e o tabaco também. Essa é uma discussão que abordei no Conexões Urbanas, para o episódio sobre legalização de drogas. Fiz um debate de alto nível e o denominador comum é que é preciso gerar emprego, novos negócios que sejam lícitos e alternativos ao narcotráfico. Outro dado é que o comércio de drogas só gera lucro porque há demanda. Nas comunidades de periferia tudo é difícil, a população não tem acesso a nada. É preciso oferecer alternativas à realidade de vida dessa população, levando cultura, arte, educação, capacitação e criando novas perspectivas para as gerações futuras. Muitos dos bandidos não querem ver seus filhos levando a vida que eles levam.

RF: O Brasil, hoje, é considerado um país com economia crescente e cada vez mais forte no cenário mundial. Porém, a desigualdade social continua a ser um fator muito presente na nossa realidade. Qual é a sua opinião em relação a essa controvérsia?

JJ: O Brasil é imenso. O pouco que avança é proporcionalmente muito relevante se comparado aos outros países, mas o nosso foco tem que ser aqui dentro. Temos problemas muito graves de formação de violência e criminalidade, empregos informais e a própria corrupção, que são entraves para o nosso desenvolvimento. O Brasil tem oportunidade de crescer economicamente e, dentro de um contexto em que se fala muito em sustentabilidade, o país está ajustado a essas estratégias. 



The Resource Alliance
apresenta

30 anos mudando
o mundo

30. International
Fundraising Congress
19 a 22 de Outubro de 2010



Uma nova era está nascendo...

O mundo está mudando rápido e as práticas de captação de recursos mudam juntas; os pioneiros dessa mudança estarão conosco no mais importante Congresso de Captação de Recursos do mundo. Pela primeira vez, estamos criando uma delegação brasileira para ir ao IFC, com preços especiais para ONGs brasileiras e reuniões da delegação antes e depois do Congresso. Você não vai perder essa oportunidade, vai?

Mais informações do Congresso
www.resource-alliance.org/ifc

Para saber mais sobre como participar da delegação entre em contato
Rodrigo Alvarez (11) 3037-8234 ou rodrigo@resource-alliance.org

Parceiro no Brasil:



Instituto para o Desenvolvimento
do Investimento Social



José Cruz/ABr

À esquerda, o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, durante audiência sobre o PNDH 3

Governo muda redação do Programa de Direitos Humanos

A terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) teve sua redação modificada para atender à demanda de alguns grupos sociais. Sofreram alterações os tópicos mais criticados, como a questão do aborto, a ação programática sobre os meios de comunicação e as referências à ditadura militar (1964-1985). A nova edição também altera a proposta de institucionalizar a audiência pública nos processos de ocupação de áreas rurais e urbanas, que era criticada pelo Ministério da Agricultura e pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Lançado em dezembro do ano passado, o programa ganha nova versão a partir do decreto nº 7.711, publicado no Diário Oficial da União. A íntegra do Programa Nacional de Direitos Humanos está disponível no site do Ministério da Justiça.

www.portal.mj.gov.br



Divulgação

Ministros durante a conclusão do acordo cultural

Ministério da Cultura firma acordo cultural com Cabo Verde

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, e a ministra do Ensino Superior, Ciência e Cultura de Cabo Verde, Fernanda Marques, firmaram um acordo de cooperação entre os países. A parceria reconhece a importância da matriz africana na formação histórica e cultural do Brasil e de Cabo Verde. O projeto ainda promove o crescente papel da cultura no processo de desenvolvimento, no fortalecimento da cidadania e na promoção da inclusão social. Entre as atividades previstas estão o intercâmbio de informações culturais populares e tradicionais. O acordo também fortalece os segmentos relacionados à economia da cultura, ao patrimônio e ao audiovisual. Válido por dois anos, o documento foi assinado durante uma reunião realizada no Palácio do Governo de Cabo Verde.

www.cultura.gov.br



Divulgação

Evento de gastronomia no Instituto de Nutrição Annes Dias

Consumo e produção de alimentos orgânicos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizou a 6ª Semana de Alimentos Orgânicos. Em parceria com a Comissão da Produção Orgânica do Rio (CPOrg/RJ), a iniciativa teve o objetivo de conscientizar os estudantes sobre a importância desses alimentos. Segundo especialistas, seu consumo traz benefícios à saúde e preserva o meio ambiente, já que o sistema de produção não utiliza fertilizantes químicos, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos). No Rio de Janeiro, há programas de incentivo ao consumo e à produção de orgânicos, como a implementação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. A Lei da Alimentação Escolar ainda determina a aplicação de 30% da verba na compra de produtos provenientes da agricultura familiar, preferencialmente de origem orgânica.

www.agricultura.gov.br



Arquivo Cruz/ABr

O presidente da Câmara, Michel Temer, recebe integrantes do (MCCE)

Ficha Limpa valerá em 2010

Sancionada em junho pelo presidente Lula, a Lei Ficha Limpa será aplicada já nas eleições deste ano. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), “a nova lei prevê que candidatos com condenação criminal por órgão colegiado, ainda que caiba recurso, ficarão impedidos de obter o registro de candidatura, pois serão considerados inelegíveis”. O tempo de inelegibilidade passou de três para oito anos. Segundo a diretora da secretaria executiva do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Jovita José Rosa, “essa vitória significa muito não só para o movimento, mas para todo o povo brasileiro”. A proposta é uma iniciativa popular apresentada à Câmara dos Deputados em setembro do ano passado, com mais de 1,6 milhão de assinaturas.

www.mcce.org.br



Projeto consolida o trabalho e gera renda aos profissionais

MDS capacita catadores de materiais recicláveis

Para melhorar a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realiza um programa de capacitação destinado a esses profissionais. O objetivo é fortalecer as condições e o desenvolvimento social dos trabalhadores. A iniciativa ainda conta com o apoio do Movimento Nacional de Catadores de Matérias Recicláveis (MNCMR) e a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em todo o país, cerca de 1,2 mil trabalhadores serão capacitados até o fim deste ano. A iniciativa também patrocina uma pesquisa sobre coleta seletiva. A execução do projeto é de responsabilidade do Centro de Estudos Socioambientais Pangea.

www.mds.gov.br



Inauguração do Banco Público da Rede Brasilcord

Banco Público de Sangue de Cordão Umbilical

No Nordeste foi inaugurado o primeiro Banco Público de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário. Com investimento médio de R\$ 3,5 milhões, a nova unidade poderá armazenar cerca de 3,6 mil bolsas de sangue de cordão. No evento estiveram presentes o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro José Gomes Temporão. Até 2011, a meta é que o país tenha 13 unidades no Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco e Minas Gerais. Atualmente já existem bancos no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Brasília. O sangue do cordão umbilical é rico em células tronco, que podem ser utilizadas em transplantes de medula óssea. O material armazenado será coletado na Maternidade Escola Assis Chateaubriand, no Hospital Geral César Cals e no Distrital Nossa Senhora da Conceição.

www.portal.saude.gov.br

Vitória no mercado de genéricos

O governo brasileiro conquistou uma resolução na Organização Mundial de Saúde (OMS) que garante a continuidade do mercado de genéricos no mundo. Com a medida, integrantes dos países membros da OMS passam a acompanhar e orientar o trabalho do organismo internacional. O grupo irá definir, por exemplo, se a organização deve abandonar a discussão sobre os medicamentos adulterados. Na Europa, os genéricos estavam sendo apreendidos em função da discussão sobre as marcas e patentes e a questão das falsificações (medicamentos produzidos sem obediência às regras sanitárias). O Ministério da Saúde (MS) acredita que a iniciativa sinaliza um período de tranquilidade para o mercado de genéricos brasileiros. "Foi uma vitória da saúde e da diplomacia brasileira em Genebra", comemorou o ministro José Gomes Temporão.

www.portal.saude.gov.br

Programa Nacional de Óleo de Palma

O governo federal lançou o Programa Nacional de Óleo de Palma, com o objetivo de fazer com que o Brasil seja o maior produtor mundial nos próximos anos, garantindo o suprimento de combustível renovável. O programa ainda prevê a ampliação da área destinada à plantação do óleo, também conhecido como dendê, para a produção de combustíveis feitos a partir de energias renováveis. Segundo o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, a palma produz dez vezes mais óleo que a soja; assim, é possível produzir cinco toneladas de óleo por hectare a cada ano. O projeto será aplicado, até 2014, em 44 municípios das regiões Norte e Nordeste. Atualmente, o Pará é o líder na produção de palmas no país, com 80 mil hectares plantados na região dos rios Capim, Guamá e Tocantins.

www.agricultura.gov.br

IMP realiza pesquisa sobre educação

O Instituto Paulo Montenegro (IPM) realizou uma pesquisa para saber a opinião dos brasileiros sobre a educação. De acordo com os entrevistados houve uma melhora, mas ainda em ritmo lento. O estudo também questionou o grau de satisfação sobre os resultados alcançados pelo presidente em diferentes áreas do governo. Segundo os participantes, investir em melhores salários para os professores e na segurança das escolas são as medidas mais importantes para melhorar a qualidade do ensino no Brasil. A pesquisa ainda mostrou que a educação aparece como uma das áreas prioritárias, logo depois da saúde, da segurança e do emprego. "Os dados permitem afirmar, com satisfação, que a sociedade brasileira mostra que está mais atenta para a importância da Educação." afirma Priscila Cruz, diretora-executiva do Todos Pela Educação.

www.ipm.org.br

Área social ganha impulso no Mercosul

A primeira reunião da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais aconteceu em Buenos Aires, na Argentina. Durante o encontro foi oficializado um documento que estabelece princípios e metas para a área social. Entre elas estão a promoção do respeito aos direitos humanos, o combate ao tráfico de drogas, a assistência à saúde dos cidadãos do Mercosul, às migrações e às nações indígenas. Os temas serão discutidos em reuniões periódicas com o objetivo de estabelecer soluções comuns aos países do grupo. Para o secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci, "com a criação dessa comissão coordenadora de ministros, e também com o Instituto Social do Mercosul, o bloco passa a contar com uma estrutura institucional para a área social".

www.mercosur-social.org



Modelos da coleção Havaianas Tucca, por Rodolpho Parigi

Divulgação

Havaianas pela Cura

Desde 2005, a marca Havaianas comercializa uma linha exclusiva em prol da Tucca – Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer. A iniciativa já está em sua terceira edição e conta com 1,5 mil pares assinados pelo artista plástico Rodolpho Parigi. Os modelos masculinos e femininos trazem motivos gráficos que são a marca do artista. Toda a renda obtida com as vendas das sandálias é revertida à entidade, que atua no tratamento, pesquisa, diagnóstico e capacitação de profissionais para assistência de crianças e adolescentes com câncer. As Havaianas estão à venda por R\$ 50,00 no site da associação. A loja virtual ainda traz uma série de produtos como canecas, acessórios, bonecos, livros e DVD's.

 www.tucca.org.br

 www.br.havaianas.com



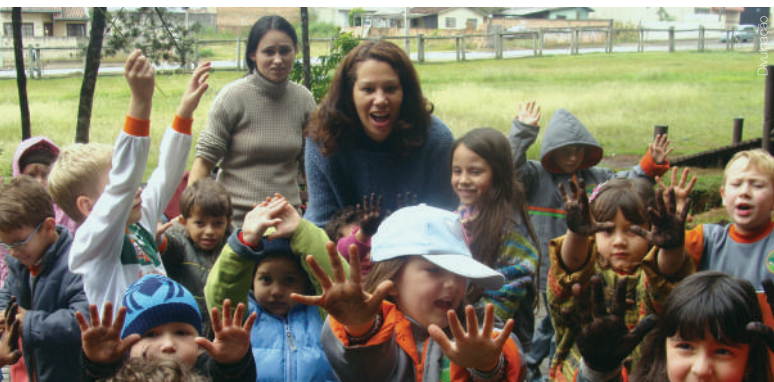
Jovens beneficiados pela Escola Social do Varejo

Fabrício Barreto

Instituto Walmart cria Escola Social do Varejo

O Instituto Walmart acaba de implementar a Escola Social do Varejo. Até o fim deste ano, o objetivo é promover a formação profissional de mais de mil jovens entre 17 e 24 anos. Na grade de aulas estão os conhecimentos sobre as diferentes ramificações do varejo, entre eles: organização de estoque, rotisseria, padaria, higiene e manipulação de alimentos. Além da aprendizagem técnica, há também conteúdos comportamentais e de cidadania. O treinamento leva 18 meses, sendo 8 para o período de inserção no mercado de trabalho. Com o apoio do Instituto Aliança, a iniciativa acontece nos Estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul e Ceará.

 www.institutowalmart.com.br



Alunos realizam o plantio de árvores em São José dos Pinhais (PR)

Danilo Torres

Fundação O Boticário promove o Movimento Onda Verde

A Fundação O Boticário vai promover o Movimento Onda Verde no Brasil. A iniciativa integra escolas, organizações sociais, empresas, prefeituras e toda a sociedade e o objetivo é sensibilizar as pessoas para a conservação da biodiversidade mundial. Realizado em 180 países, o movimento discute e implementa a manutenção dos ciclos ecológicos para garantir a vida no planeta. A fundação disponibilizou um blog com uma série de sugestões de atividades em prol do planeta. Os participantes ainda podem postar fotos e textos sobre suas ações no site internacional do Onda Verde. A partir dessa interação será formado um grande mapa que permitirá identificar experiências em todo o mundo.

 www.ondaverdefundacao.wordpress.com

 www.greenwave.cbd.int



Voluntários do projeto recolhem o lixo da praia de Ipanema

Divulgação

Goodyear comemora o Dia do Meio Ambiente

A Goodyear apoia mais uma ação ligada ao meio ambiente. Trata-se do projeto Limpando e Reciclando que, desde 2003, já mobilizou mais de 5 mil voluntários. A iniciativa contribui para a limpeza das praias e rios, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Além de recolherem o lixo, os participantes ainda aprendem sobre a importância da reciclagem do material coletado. Idealizado pelo Instituto Aqualung, a parceria comemorou o Dia do Meio Ambiente. A Goodyear também incentiva ações para o reuso da água, redução do consumo de energia e destinação correta dos pneus em desuso. O objetivo é promover a prevenção e preservação dos recursos naturais para a construção de uma sociedade mais responsável e sustentável.

 www.goodyear.com.br



Divulgação

Apresentação reúne público de todas as idades

Nestlé leva cultura ao Nordeste

Promovido pela Nestlé, o projeto Ninho Alimentando a Cultura já beneficiou 245 mil pessoas neste ano. A iniciativa realiza sessões gratuitas de cinema para levar arte e cultura às comunidades de baixa renda. Os filmes são produções nacionais e contemplam os públicos infantil e adulto. A ação ainda promove cursos em benefício do varejo local. Com o apoio do Sebrae, mais de 500 varejistas já foram capacitados. O treinamento inclui dicas para gerenciar o negócio e incrementar a renda, além de informações sobre a disposição de produtos nos estabelecimentos, atendimento, postura e outros temas destinados ao aperfeiçoamento do trabalho. O projeto contemplou cidades da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí.

 www.nestle.com.br



Divulgação

População local é beneficiada pelo CID em São Gabriel da Cachoeira

Fundação Bradesco inaugura Centro de Inclusão Digital

Em Manaus, a Fundação Bradesco acaba de inaugurar um Centro de Inclusão Digital (CID) no município de São Gabriel da Cachoeira. O espaço beneficiará a população local composta, em sua maioria, por indígenas. Além de disponibilizar os equipamentos, a fundação também é responsável pela gestão do CID. Inicialmente serão disponibilizados mais de 50 cursos e a expectativa é realizar cerca de 600 atendimentos. A Fundação Bradesco mantém atualmente 110 centros de inclusão digital no país. Apenas no Amazonas, 15 mil pessoas já foram beneficiadas. Além de promover a inclusão digital, o projeto ainda estimula a responsabilidade social, o empreendedorismo e a cidadania.

 www.fb.org.br

Motorola Foundation apoia instituições

As instituições Centro Infantil Boldrini, Sal da Terra, Cidade dos Meninos de Campinas, Sociedade Pró-Menor Barão Geraldo e CooperPosse receberão o apoio da Motorola Foundation. A empresa investiu mais de US\$ 170 mil para auxiliar na compra de novos equipamentos e melhorar o atendimento a cerca de 5 mil pessoas que frequentam diariamente os locais. A escolha dos projetos passou por um critério de avaliação e acompanhamento por parte dos funcionários. O objetivo é beneficiar a população por meio de doações estratégicas, parcerias com a comunidade, estímulo à inovação e engajamento dos públicos envolvidos. De acordo com Giuseppe Marrara, diretor de Relações Governamentais da Motorola Brasil, “é especialmente gratificante contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no país”.

 www.responsibility.motorola.com

Danone incentiva a educação ecológica

A Danone lançou uma edição limitada do Danoninho com o objetivo de incentivar a experiência e a educação ecológica das crianças. O produto traz um sachê com sementes e instruções para plantar flores e hortaliças. No próprio pote do Danone, há também um código que permite criar uma árvore virtual e contribuir com a preservação da mata atlântica. A iniciativa é uma parceria da empresa com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Além de disseminar os conceitos de educação ambiental, a ação também é uma atitude ecológica, já que oferece aos consumidores a oportunidade de colaborar efetivamente com a causa. Cada árvore cultivada contribuirá para o reflorestamento de 1 m² de floresta. No portal da campanha há um espaço dedicado ao meio ambiente com conteúdos ecológicos.

 www.danoninho.com.br/florestadodino

Programa sobre nutrição e sustentabilidade

A *Kraft Foods* Brasil integra uma iniciativa para trabalhar temas como educação nutricional e consumo consciente. A ação distribuirá livros e outros materiais educativos a crianças de 6 a 12 anos nas cinco regiões do Brasil. O programa, intitulado “Uma Vida Sustentável”, beneficiará, nessa primeira fase, 800 crianças e 50 educadores na cidade de São Paulo. Até outubro, o projeto passará pelas cidades de Curitiba (PR), Piracicaba (SP), Recife e Vitória do Santo Antão (PE). Ao todo, 10 mil crianças e jovens, mil professores e aproximadamente 30 mil pessoas, incluindo pais e familiares, serão impactados pela ação. Todas as atividades serão realizadas por uma equipe de coordenadores e monitores, a maioria composta por universitários ligados à área ambiental e de nutrição.

 www.kraftfoods.com.br

Evento reúne ONGs na Microsoft Brasil

O evento Conexão Digital reuniu organizações não-governamentais na sede da Microsoft, em São Paulo. O objetivo foi discutir a importância da tecnologia para a melhoria dos processos nas entidades. Os participantes ainda debateram os desafios da captação de recursos, o uso de portais na internet e como a tecnologia pode ser utilizada para melhorar os processos institucionais. Entre os presentes estavam o secretário municipal de Participação e Parceria de São Paulo, Ricardo Montoro, o vice-presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos, Rodrigo Alvarez, além de líderes de ONGs que desenvolvem trabalhos na área de saúde, educação, acessibilidade, inclusão social e meio ambiente.

 www.microsoft.com



Divulgação

O fotógrafo Leonardo Duarte retrata o Eca em suas fotos

Fundação Criança participa de Seminário Internacional

A Cátedra Gestão de Cidades promoveu o Seminário Internacional de Políticas Públicas Integradas. O evento proporcionou um espaço de reflexão para a temática infanto-juvenil, considerando os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Também foram realizadas discussões para compartilhar experiências sobre o tema. Uma das entidades presentes no encontro foi a Fundação Criança, de São Bernardo do Campo, que destacou a importância da execução de programas e serviços voltados às políticas públicas. O Seminário ainda contou com a exposição do fotógrafo Leonardo Duarte com foco no ECA, a partir do olhar de um ex-menino de rua. O objetivo foi estimular a cultura da cidadania e a questão social.

www.metodista.br/gestaodecidades

www.fundacaocrianca.org.br



Divulgação

O apresentador Marcelo Tas e o prefeito Gilberto Kassab na cerimônia de lançamento

10º Prêmio Escola Voluntária

Autoridades, professores e alunos prestigiaram o lançamento oficial do 10º Prêmio Escola Voluntária. O objetivo é incentivar e reconhecer instituições de ensino que promovem o trabalho voluntário entre os seus alunos. Nesta edição, as escolas vencedoras serão beneficiadas com prêmios em dinheiro. Os valores vão de R\$ 4 a 10 mil para ajudar com as necessidades específicas de cada projeto. Um professor, escolhido entre as escolas finalistas, será premiado com um notebook. A ação abrange iniciativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Bahia. A iniciativa é uma realização da Rádio Bandeirantes e da Fundação Itaú Social.

www.radiobandeirantes.com.br/escolavoluntaria



Divulgação

Escola Estadual Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, uma das beneficiadas pela ação

Associação mobiliza empresários para ajudar escolas públicas

A Associação Parceiros da Educação mobiliza empresários brasileiros para ajudar escolas públicas da Grande São Paulo. De acordo com a organização, as maiores necessidades das instituições dizem respeito à infraestrutura, apoio para material escolar e manutenção de laboratórios. Em cada escola é elaborado um plano de ação que atende às carências específicas. No momento, cerca de cem aguardam o auxílio de empresários dispostos a colaborar com o projeto. Fundada em 2006, a associação já beneficiou 80 instituições de ensino por meio de parcerias. A meta para 2010 é atingir 160 escolas, que recebem em média investimentos entre R\$ 100 e 200 mil. Além de São Paulo, a ação acontece no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará.

www.parceirosdaeducacao.org.br



Personalidades prestigiam a Campanha Outubro Rosa

Campanha Outubro Rosa

A campanha Outubro Rosa foi lançada na cidade de São Paulo. A iniciativa tem como objetivo conscientizar as mulheres sobre a importância da mamografia, exame realizado para diagnosticar o câncer de mama. A ação também promoveu o Dia Rosa, para que as brasileiras reservem uma data por ano e realizem a prevenção. No evento, estiveram presentes a ex-primeira dama do Estado de São Paulo, Lu Alckmin, e a jornalista Ana Paula Padrão. Uma das madrinhas da campanha, Ana Paula acredita que é fundamental informar a população para ampliar o diagnóstico precoce. Lu Alckmin também elogiou a iniciativa: "Vou me empenhar muito este ano porque realmente podemos salvar milhares de vidas".

www.outubrorosa.org.br



Educadores ambientais do IBJ encenam peça sobre a vida marinha



Peça publicitária da campanha Feed a child, Feed a dream

Fundação Orsa conquista assento no CNAS

Em Brasília, a Fundação Orsa acaba de conquistar um assento no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O reconhecimento é fruto de sua atuação junto a 98 comunidades no Vale do Jari (PA). Outra conquista recente é ter se tornado, em maio, membro do Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas) na Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, em São Paulo. De acordo com o Grupo Orsa, “ingressar nesses conselhos significa alcançar um dos mais altos postos de representação da sociedade civil e assumir a responsabilidade de contribuir, interferir e acompanhar a elaboração e a implementação de políticas públicas”. A fundação ainda desenvolve projetos de geração de emprego e renda, além de ações de sustentabilidade.

 www.fundacaorsa.org.br

Qualidade da educação infantil

A ONG *Save the Children* realizou a 1ª Oficina sobre Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). O evento faz parte do programa Criança com Todos os seus Direitos. A ação teve como objetivo melhorar a qualidade de vida de crianças de zero a cinco anos que vivem em situação de risco. A partir desse estudo é possível mensurar o quanto se deve investir em cada etapa da educação básica. Nos próximos cinco anos, o programa promoverá ações em 36 municípios do semiárido de Pernambuco e da Bahia. A iniciativa tem o apoio financeiro da União Europeia e desenvolve projetos nas áreas de educação, saúde e lazer. Até o fim de 2010, mais duas oficinas com o tema 'Indicadores de qualidade na educação infantil' estão programadas.

 www.savethechildren.org

Instituto Baleia Jubarte investe em educação ambiental

Em Salvador, o Instituto Baleia Jubarte (IBJ) realizou uma programação especial na Praia do Forte. O evento aconteceu em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia. Entre as atividades estavam a coleta de lixo e a soltura de tartarugas pelo Projeto Tamar, parceira do IBJ. Também foram realizadas oficinas de reciclagem, plantio de árvores e exibição do Cine Eco no centro de visitantes do Instituto. A ação teve como objetivo sensibilizar as pessoas sobre a necessidade da conservação marinha. A iniciativa envolveu cerca de cem crianças da comunidade e ainda estabeleceu o litoral norte da Bahia como uma das referências para o ecoturismo e preservação ambiental.

 www.baleiajubarte.org.br

Fundação Abrinq lança campanha contra desnutrição infantil

A Fundação Abrinq e a Grey Brasil lançam a campanha *Feed a child, Feed a dream* (Alimente uma criança, Alimente um sonho). Um dos objetivos é sensibilizar os veículos de comunicação digital para que, ao postarem notícias sobre desnutrição infantil, substituam o seu ícone de Feed pelo o que leva o tema da campanha. Uma das peças publicitárias traz a frase “imagine se o mesmo ícone que nos mantém alimentados com informação servisse também para alimentar as crianças, com comida de verdade?”. Os portais que aderirem à iniciativa proporcionarão aos usuários o acesso para doações. A ação segue o conceito de site colaborativo e poderá ser divulgada também nas mídias sociais. Toda a contribuição será destinada à Fundação Abrinq.

 www.fundabrinq.org.br

Rede Ambiental Global

A *Made in Forest*, 1ª Rede Ambiental Global, reúne iniciativas, projetos e ações relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade. O portal possibilita a troca de conhecimentos, informações e notícias. Há também um espaço com a legislação ambiental de diversos países, banco de imagens e vídeos. A rede é formada por organizações não-governamentais, empresas, prestadores de ecosserviços, instituições, universidades e cidadãos. O objetivo é integrar o público na busca de metas sustentáveis para ajudar a transformar e melhorar o planeta. A iniciativa, realizada pelos empresários Fábio Biolcati e Martin Mauro, segue os mesmos moldes das redes sociais. A utilização do portal é gratuita e ainda proporciona novos contatos e negócios.

 www.madeinfores.com.br

Campanha Doe Palavras

O Instituto Mário Penna promove a campanha *Doe Palavras*. A ação estimula as pessoas a enviarem mensagens de otimismo para pacientes em tratamento de câncer. As melhores frases aparecem em televisões, localizadas nas salas de quimioterapia e radioterapia. Para participar, é necessário redigir um recado no site ou via Twitter, acrescentando a expressão #doepalavras. O projeto surgiu a partir de uma constatação médica que relaciona o sucesso do tratamento à condição emocional do paciente. Segundo o superintendente geral do Instituto Mário Penna, Cássio Eduardo Rosa Resende, “essas palavras ajudam os pacientes e familiares a enfrentar o tratamento com mais coragem”. Nos primeiros 65 dias, a campanha mobilizou 117 países e teve cerca de 775 mil acessos.

 www.doepalavras.com.br



Rumos das certificações

Márcia Lopes, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fala sobre o que mudou depois da lei nº 12.101/2009

Por Thaís Iannarelli

Em 2010, as organizações sociais estão com as atenções voltadas para a lei nº 12.101, conhecida como a Nova Lei da Filantropia. Com a mudança na legislação, o papel de alguns ministérios, como o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mudou no que diz respeito à certificação das entidades. Em entrevista à Revista Filantropia, Márcia Lopes, que tomou posse como ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome este ano, explica as mudanças e o novo papel do MDS.

Graduada em Serviço Social, especialista em políticas voltadas a crianças e adolescentes e mestre em Políticas Sociais, Márcia integra o corpo docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), já foi secretária municipal de Assistência Social, vereadora, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Paraná. Também já foi secretária nacional de Assistência Social e presidente da Rede de Pobreza e Proteção Social dos Países da América Latina e Caribe, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com a candidatura de Patrus Ananias a senador, Márcia assumiu o ministério.

Revista Filantropia: *Conte um pouco de sua trajetória profissional antes de se tornar ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.*

Márcia Lopes: Sou assistente social e professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina há 29 anos. De 1993 a 1996 exerci o cargo de secretária municipal de Assistência Social no município de Londrina (PR), exatamente quando a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) estava sendo aprovada. No início de 2004, quando foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), assumi a Secretaria Nacional de Assistência Social por um ano e, por mais três anos, o cargo de secretária executiva desse Ministério. Agora, retorno ao Ministério na condição de ministra, por apresentação do ministro Patrus ao presidente Lula e a convite do próprio presidente.

RF: *Antes, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) era o órgão que concedia o certificado de entidades beneficentes de Assistência Social. Agora, com a lei nº 12.101, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome fica responsável pelas organizações ligadas à assistência social. Como é essa mudança?*

ML: Essa era uma mudança requerida muito antes da implementação da Assistência Social como política pública. Era um debate que fazíamos em 1988 e, depois, em 1993, desde a Loas e com a extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS). Tínhamos a convicção de que era preciso mudar o modelo de certificação. Quando a Loas instituiu a função do CNAS, dos conselhos estaduais e municipais, de fato havia uma expectativa de que a certificação não poderia consumir o CNAS com uma atividade burocrática

e cartorial. Precisávamos encontrar uma forma de dar uma dinâmica que protegesse o Conselho nas suas atribuições fundamentais: discutir e aprovar a Política Nacional, acompanhar a execução do orçamento e convocar as conferências, além de ser um espaço de controle social. Houve, então, a decisão de alterar a certificação porque as entidades não estavam satisfeitas. Por outro lado, o Conselho também se sentia absolutamente envolvido e ocupado na função de certificar. Tomamos a decisão de fazer essa mudança em conjunto através da lei nº 12.101, que estabeleceu outra normatização. O Conselho continua sendo essa instância de deliberação, acompanhamento e fiscalização, mas, já que se trata de uma atividade que isenta tributo, há uma leitura jurídica de que isso é competência do Executivo.

RF: Qual passa a ser a relação com os outros ministérios envolvidos na certificação – da Educação e da Saúde?

ML: Quando regulamentamos os artigos 3º e 30º da Loas, definimos com muito mais clareza o que são as entidades de Assistência Social e o que são os serviços socioassistenciais. Pela legislação anterior, era responsabilidade do CNAS certificar não só entidades que atuam na Assistência Social, mas que também atuam na área da Educação e da Saúde. Com essa legislação, o Ministério da Saúde assume a responsabilidade de certificar as instituições do âmbito da Saúde; o Ministério da Educação, na área da Educação; e o MDS, através da Secretaria Nacional de Assistência Social, certifica as entidades que são de Assistência Social. Esse é um processo novo, de transição, mas em nenhum momento as entidades foram prejudicadas ou deixaram de poder exercer o seu papel e as suas funções no processo de reorganização da certificação.

RF: O que muda na atuação do MDS agora?

ML: Nós criamos uma diretoria de certificação dentro da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS e também tomamos a decisão importante de deixar no Conselho aquilo que de fato é do campo da Assistência Social.

RF: Você considera que as instituições estejam suficientemente informadas sobre as mudanças propostas pela lei?


ML: O Brasil é muito grande, cada município tem uma estrutura e um fluxo de informações. Nós sabemos que às vezes uma informação que chega à prefeitura acaba não chegando no devido tempo para as entidades. Mas com o advento das novas tecnologias, todo o processo é informatizado, todas as decisões do Conselho e do Ministério são imediatamente

colocadas na internet e divulgadas no Boletim Suas (boletim eletrônico semanal do MDS). Também desenvolvemos cursos e seminários regionalizados e participamos de atividades nos Estados e nos municípios. Sempre nos colocamos à disposição, por telefone, e-mail e sites.

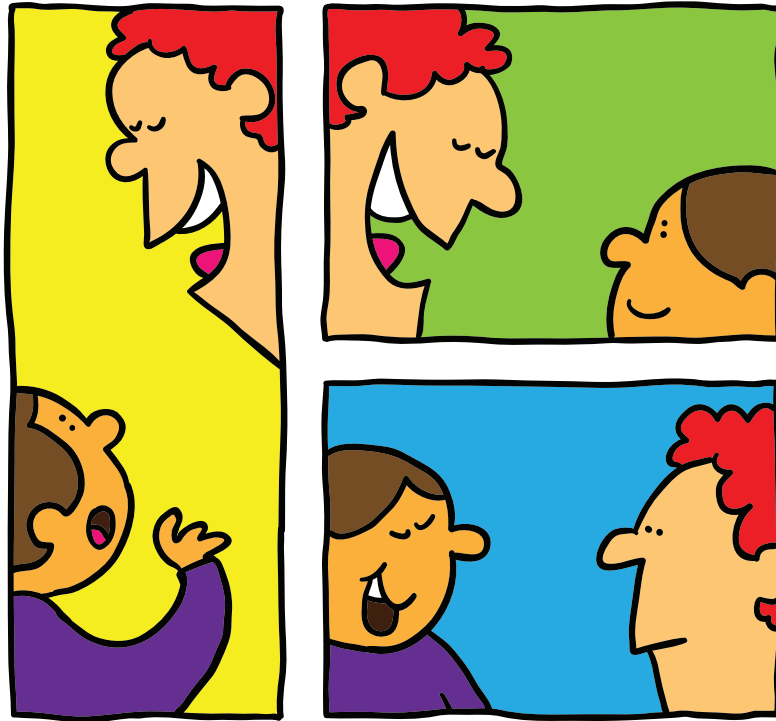
RF: Quais são os critérios para a concessão do certificado?

ML: Do ponto de vista da Assistência Social, é preciso que a entidade de fato se configure como de assistência social, de acordo com o que estabelece a Loas, o decreto nº 6.308/2007 (que regulamentou o artigo 3º) e toda legislação mais atual, a própria tipificação dos serviços socioassistenciais. A entidade precisa estar em regular funcionamento há pelo menos um ano, estar inscrita no CNAS ou no Conselho de Assistência Social do DF/CAS/DF, e precisará integrar o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social. O cadastro será implantado em 2010 e, por essa razão, somente poderá ser exigido para pedidos que ingressarem em 2011. Assim, deverão ser apresentados, juntamente com o requerimento, documentos como estatuto, ata de eleição da diretoria, plano de ação que demonstre as iniciativas realizadas na área da Assistência Social, relatório de atividades do exercício anterior, CNPJ, inscrição no CMAS ou CAS/DF e demonstrações contábeis da instituição. O detalhamento dessa documentação está disponível no site do Ministério.

RF: Qual será o legado da atuação do ministério para o próximo governo?

ML: O MDS representa a institucionalidade daquilo que a Loas define como sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, que é o Sistema Único da Assistência Social (Suas). Além disso, o MDS teve uma grande ampliação no orçamento, que saiu de R\$ 6 bilhões para R\$ 39 bilhões, envolvendo as áreas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família. O Ministério também fortaleceu o pacto federativo, a relação com Estados e municípios, o CNAS, o Congemas, a CIT, o FONSEAS, inclusive transferindo recursos para que tais instâncias melhorassem a gestão. O MDS sempre manteve respeito às instâncias de pactuação, porque nenhum recurso foi distribuído para nenhum município brasileiro sem passar pela aprovação dessas instâncias. Acho que hoje o Ministério criou uma legitimidade perante a sociedade brasileira, e este é o maior legado. É um espaço de execução e coordenação de política pública, porque realizou com absoluta seriedade, transparência e ética as suas atribuições e pôs na agenda do Estado a construção da Assistência Social, de fato, como política pública e permanente. 

O Conselho também se sentia absolutamente envolvido e ocupado na função de certificar. Tomamos a decisão de fazer essa mudança em conjunto através da lei nº 12.101, que estabeleceu outra normatização



Brasil, território de oportunidades para o **Face to Face**



Alberto López Blanco

albertolopez@intfundraising.com
Licenciado em Educação Física, Marketing e Gestão, trabalha com técnicas de *face to face* há sete anos. É sócio do grupo Daryl Upsall, CEO da International Fundraising e diretor geral da Fundraising Iniciativas na Espanha.

O Brasil está na moda. O caráter do seu povo, sua localização geográfica e seu enorme potencial econômico fazem deste país uma oportunidade para empresários e empreendedores que encontram nele o cenário ideal para o desenvolvimento de novos projetos. Com a captação de sócios e doadores para ONGs não é diferente. Por isso, o futuro da atividade de captação de recursos no Brasil é otimista e conta com 50 milhões de possíveis doadores.

A captação de doadores mediante técnicas de *Face to Face* (F2F), ou cara a cara, começou a aparecer no país há alguns anos com números muito pequenos, quando algumas instituições optaram por esse meio de forma tímida e alcançaram resultados em pequena escala.

Como funciona o F2F?

O F2F, conhecido também como diálogo direto, significa buscar apoio de doadores individuais (pessoa física) que ajudam com doações regulares, normalmente mensais,

contribuindo para o aumento do número de doadores e, assim, apoiando a sustentabilidade da organização.

É possível utilizar essa técnica para a captação de doadores individuais nas seguintes modalidades:

- *Street Marketing* (na rua)
- *Door to Door* (residencial)
- *Business to Business* (comércio)
- Stands (centros comerciais, metrô etc.)
- Locais de trabalho (escritórios, fábricas etc.)
- Eventos (esportivos, culturais etc.)

O Brasil é um país com enorme potencial em todos os setores econômicos; como não poderia ser diferente, é também em captação de novos sócios e/ou doadores. Em países como a Inglaterra, com um trabalho de mais de 15 anos com F2F e uma população em torno de 60 milhões de habitantes, mais de 20 milhões de pessoas – um terço do total – doam de forma regular a alguma instituição.

Em 2009, conseguiram 700 mil novos doadores por meio do F2F.

Também é significativo o potencial da Espanha, onde as pessoas que fazem doações regulares a entidades não superam os 2 milhões, quando o total da população está acima dos 40 milhões de habitantes. Porém, em 2009, mais de 300 mil novos sócios foram alcançados por meio do F2F, e esses números duplicam a cada ano.

Um país de possibilidades

A capacidade do Brasil em relação à população, economia, segurança e tecnologia deixa muito claro que este é o momento de trabalhar em captação de sócios individuais. As empresas, as instituições e os grandes doadores têm um limite de doação; porém, os sócios individuais têm um potencial incrível. Os possíveis novos doadores chegam a mais de 50 milhões – eles estão nos esperando e devemos buscá-los. Estou trabalhando nos preparativos de nossas campanhas de F2F no Brasil há quatro meses e posso afirmar que o cenário é o melhor possível, especialmente se comparado a muitos países do mundo.

Como não fazer F2F no Brasil quando, com essa técnica, é possível conseguir novos doadores que contribuem regularmente com as ONGs? É uma forma importante para ampliar o número de doadores, saber o que eles querem e como querem, fortalecer a imagem da organização e a possibilidade de um melhor conhecimento da marca.

O F2F é muito mais que uma técnica de captação de novos doadores. É, sobretudo, uma magnífica oportunidade para a sensibilização da população. O cidadão brasileiro acolhe com entusiasmo a presença de captadores, escuta e se relaciona pessoalmente de forma muito mais positiva do que diante de um e-mail ou uma página da internet. Vê o captador como alguém próximo, que tem coisas muito importantes para dizer.

As pessoas têm de ser sócias e doadoras de uma ONG, têm de apoiar, e nós estamos obrigados a mostrar os caminhos. É como se em um país só 1% da população tivesse

telefone, e nós pudéssemos oferecer isso aos outros 99%, sabendo que não menos de 40% poderiam realmente ter um aparelho.

Quem pode fazer o F2F?

Qualquer instituição, seja qual for sua estrutura ou dimensão, pode fazer o F2F. Entretanto, é extremamente necessário que quem toma essa decisão esteja preparado e faça uma gestão muito profissional de todos os novos doadores. Visto que é realizada de forma externa e interna, essa técnica requer trabalho com uma boa base de dados, contando com uma gestão dos sócios e doadores, uma boa comunicação e a realização de cobranças regularmente. Por isso, na International Fundraising (IF) não queremos nos limitar a fazer captação. A experiência internacional fazendo F2F em diferentes países nos ensinou que o nosso papel começa no assessoramento.

É importante conseguir que as coisas sejam bem feitas desde o princípio, para que a empreitada de captação de sócios possa seguir o processo adequado e para que possamos tomar, conjuntamente com a instituição, as medidas que garantam doadores comprometidos, que queiram colaborar regularmente durante um longo prazo de tempo. É a hora de investir em F2F no Brasil e de fazer crescer as bases de dados de doadores individuais de todas as organizações, grandes e pequenas, que estejam preparadas para isso e apoiar a preparação das organizações que queiram crescer.

São muitas as pessoas deste país que querem ajudar o próximo. Existem inúmeros projetos em andamento no mundo todo dirigidos aos setores mais desfavorecidos, com os quais os cidadãos se sentem identificados e gostariam de poder contribuir de alguma maneira. Temos a oportunidade de fazer algo aqui e agora.

Não podemos perder tempo, deve-se começar já a trabalhar e estar preparados para enfrentar essa nova meta. Ânimo! Vamos sair em busca de toda essa gente que está nos esperando para que ajudemos as pessoas a serem mais felizes, e assim colaborar com quem realmente necessita. ☺

As empresas, as instituições e os grandes doadores têm um limite de doação; porém, os sócios individuais têm um potencial incrível. Os possíveis novos doadores chegam a mais de 50 milhões

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br



Carol Zanoti

carol@criando.net

Teóloga e filósofa, atua há 23 anos na área social e tem especialidade em desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos, formação socioeducacional, arquitetura institucional e planejamento estratégico. Já atuou em organismos sociais nacionais e internacionais do Terceiro Setor. É consultora associada da empresa Criando Desenvolvimento Institucional.

Tecnologia de monitoramento e avaliação de programas sociais

Confesso que não aprecio muito filmes de ficção, mas ousou começar este artigo lembrando o filme “O exterminador do futuro”, de 1984, para comparar a necessidade de qualificar tecnicamente as avaliações de projetos ou programas socioambientais.

O filme conta a história de um futuro próximo, quando a guerra entre humanos e máquinas é deflagrada. Um plano inusitado é arquitetado pelas máquinas ao enviar para o passado um androide (Arnold Schwarzenegger) com a missão de matar a mãe (Linda Hamilton) daquele que seria um líder e seu pior inimigo.

Nos nossos projetos socioambientais acontece, infelizmente, algo muito parecido. A frustração de não conseguirmos mensurar claramente seu sucesso e contribuir com a causa assumida reflete a crença de que eles poderiam ser exterminados antes mesmo de serem gerados.

Ao assumirmos uma causa desejamos construir ações para colaborar com a produção de resultados e impactos relevantes. Investimos recursos, serviços e capacidades para gerar uma referência de sucesso diante da causa assumida.

Muitas organizações intuem o desenvolvimento e o sucesso dos seus processos pontualmente quando analisam o desempenho de suas ações apenas com relatos subjetivos: “sei que meu projeto é muito bom...”. Mas, quando aprofundamos a análise de seus resultados, na maioria das vezes não há vínculo com o objetivo proposto. Um projeto ou programa que não tem objetivo e metas claras (marco zero) e não estabelece os mecanismos e técnicas para monitorá-lo, raramente apresentará resultados que produzem impacto diante da causa. Nesses casos, a perda de foco contribui com uma frustração diante da causa.

Outras avaliam seus processos somente como forma de supervisão do investidor ou apoiador, para verificar se o investimento é aplicado de forma correta, sem envolver e correponsabilizar todos os atores no processo. Nessas organizações, maçantes mecanismos de supervisão impedem que todos os envolvidos possam se empoderar e enriquecer com metodologias de sucesso.

Poucas organizações conseguem identificar, esclarecer e aplicar critérios passíveis de serem defendidos publicamente para determinar o valor (mérito e relevância), qualidade, utilidade, efetividade, importância e eficiência dessas ações. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou neste ano novas informações sobre assistência social nos municípios brasileiros. Uma parte dessa pesquisa mostra avanços nos serviços sociais, mas também traz um alerta: faltam técnicas de monitoramento no desenvolvimento de projetos e programas e avaliação de seus resultados e impactos diante da causa.

Segundo esse levantamento, duas em cada três prefeituras não possuem tecnologia para avaliar a qualidade dos serviços e saber se, de fato, estão sendo úteis. A avaliação é entendida como um processo que apoia a gestão e a tomada de decisão e ajuda a corrigir rumos, identificar erros e acertos, verificar a realização de objetivos, identificar os resultados no público do projeto e gerar credibilidade.

Os principais desafios apontados pelos que avaliam projetos e programas são: a construção de indicadores, o envolvimento dos públicos do projeto na avaliação, o desenvolvimento de instrumentos, a coleta de informações, a análise dos resultados e a mobilização de recursos.

As abordagens iniciais à avaliação de impacto datam da década de 1950 e foram feitas pelas agências de desenvolvimento, como Environment Impact Assessment (EIA – ambiental); Social Impact Assessment (SAI – social); Cost-Benefit Analysis (CBA – custo-benefício); e Social Cost-Benefit Analysis (SCBA – custo-benefício social). Até então, as análises estavam restritas a avaliações anos após o encerramento de um projeto ou programa.

No início de 1980 começaram a surgir novos métodos de avaliação que contribuíram para: tornar participantes todos os públicos envolvidos nas ações; a partir de um diagnóstico inicial (marco zero), verificar o progresso das ações; e verificar a efetividade dos resultados qualitativos e quantitativos periodicamente no processo das ações.

Em 1988, o desenvolvimento do planejamento de um projeto orientado por objetivos introduz as noções do marco lógico, criado no âmbito da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Essa metodologia foi adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para planejamento, elaboração, monitoramento e avaliação de projetos e programas.

Tal histórico convida nossa geração ao prazeroso serviço de, com profissionalismo, estabelecer instrumentos criativos e inculturados de aperfeiçoamento e novas técnicas de monitoramento e avaliação de projetos e programas socioambientais.

O pior inimigo de nossas ações é a falta de clareza de seu impacto diante da causa. É premente a necessidade de investir em pesquisas nessa área do conhecimento, formar profissionais capacitados para executá-las, além de trabalhar com modelos participativos. Só assim nossas ações poderão sair da ficção e se tornarem referência e motivação. ♻️

A avaliação é entendida como um processo que apoia a gestão e a tomada de decisão e ajuda a corrigir rumos, identificar erros e acertos, verificar a realização de objetivos, identificar os resultados no público do projeto e gerar credibilidade

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress

Igrejas, organizações religiosas, associações, fundações e institutos e suas obrigações perante o Fisco



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.



Marcelo Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco e da Revista Filantropia. É contador e engenheiro, especializado pela PUC/SP. É membro do grupo de estudo do Terceiro Setor e demais entidades do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRCSP.

O Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda e de suas secretarias estaduais e municipais, olha para as igrejas, organizações religiosas, associações, fundações e institutos como empresas para os fins do cumprimento das obrigações tributárias e fiscais.

Por isso, as entidades do Terceiro Setor são tocadas por uma enorme quantidade de normas técnicas e legais que impactam sua organização e suas informações, em especial as contábeis.

Como se não bastassem as obrigações derivadas de centenas de leis e normas administrativas, as entidades também estão envolvidas no processo de convergência internacional das Normas de Contabilidade, o que lhes traz grandes mudanças e procedimentos em toda escrituração e controle interno, sem contar a capacitação dos profissionais da contabilidade.

Na relação de recursos públicos e privados, a transparência encontra na contabilidade seu grande instrumento de visibilidade, permitindo que a entidade possa se comunicar com tudo que seja necessário e importante ao atendimento de suas finalidades institucionais.

Assim, entre tantas obrigações tributárias e fiscais, na contabilidade se encontra o ponto maior de fornecimento de informações e dados sobre a vida da entidade.

Quando se fala em escrituração capaz de assegurar sua exatidão, está se afirmando que a contabilidade é elaborada em consonância com os princípios e normas contábeis emanados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Por contabilidade organizada entende-se que a entidade possui Livros Diário e Razão, com registro de todos os fatos contábeis, em harmonia com as normas

aplicáveis e em conformidade com a estrutura conceitual básica e respeitado o Regime de Competência. O Livro Diário deve estar registrado com todas as demonstrações contábeis obrigatórias exigidas por lei no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, onde foi registrado o Estatuto Social da instituição.

Vale destacar que o registro pelo Método Caixa não encontra amparo técnico e não se enquadra como Regime Contábil. Por Regime de Caixa entende-se a contabilização efetuada dos fatos contábeis pela data efetiva da entrada e saída de dinheiro. O contabilmente correto é o Regime de Competência, ou seja, pela data efetiva do evento do fato contábil, independentemente de ingresso ou desembolso de dinheiro. Pelo Regime de Competência se registra o fato contábil pela data de sua realização econômica, que pode coincidir ou não com o desembolso de dinheiro. No Regime de Competência se registra o fato contábil pela aquisição dos bens, direitos, obrigações, cessação de direitos e de obrigações. Na contabilização realizada pelo Regime de Caixa, além de não explicitar todos os fatos econômicos e suas variações, a entidade pode sofrer penalizações tributárias pela não observância à lei e às normas técnicas contábeis. O profissional de contabilidade pode responder a processo administrativo junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de sua jurisdição, podendo lhe ocasionar a suspensão.

Outro ponto importante entre as obrigações tributárias é a observância pelo Fisco e pela entidade dos artigos 9º e 14º da lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional):

Art. 9º – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

I – instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, o disposto nos artigos 21, 26 e 65;

II – cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III – estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV – cobrar imposto sobre: a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste capítulo (Redação dada pela LCP nº 104, de 10.1.2001); d) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

§ 1º O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso IV aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público a que se refere este artigo, e inerentes aos seus objetivos.

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas Entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela LCP nº 104, de 10.1.2001)

II – aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Destaca-se que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas segundo as Normas Contábeis emanadas pelo CFC, inclusive as notas explicativas e transcritas no Livro Diário. Ao se falar em contabilidade, deve ficar claro que esta deve ser elaborada por contador ou técnico em contabilidade registrado no CRC. Sugere-se que a entidade proceda também ao registro em Cartório do Livro Razão por se tratar de livro importante e sempre solicitado pelos agentes fiscais.


A escrituração contábil deve estar fundamentada em documentos idôneos e válidos legal e fiscalmente. E para que não sofra qualquer penalidade fiscal, a entidade não deve aceitar que sejam acolhidos cupons, notas e cupons ao consumidor e outras modalidades que não tragam a identificação da instituição, dos bens adquiridos ou dos serviços que lhe foram prestados e seu CNPJ.

Para a elaboração da contabilidade, o contador deve receber todos os documentos que provoquem qualquer tipo de mutação, movimentação ou compensação patrimonial, bem como toda movimentação financeira, bancária, financeira cambial, contratual e outras. Todas as aquisições ou venda de bens imóveis deve de imediato ser comunicada ao profissional da contabilidade, com cópia autêntica dos documentos. Nas reformas, benfeitorias ou construções de imóveis, o profissional da contabilidade também deve ser informado.

Enfim, o contador deve estar informado de toda movimentação financeira, econômica, patrimonial e contratual da entidade. E, finalizando, a mesma deve efetuar o registro de todos os fatos contábeis de modo segregado pelas áreas em que atua junto à coletividade.

Vale lembrar que as entidades certificadas como beneficentes de assistência social devem, na forma da lei nº 12.101/2009, segregar suas receitas, despesas e patrimônio por área de atuação.

As organizações religiosas que forem pleitear sua certificação de conformidade com o acordo havido entre o Brasil e a Santa Sé devem também cumprir com os preceitos da referida lei.

Por fim, com o avanço do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a Escrituração Contábil Digital (ECD), é fundamental a reavaliação de toda estrutura contábil nas entidades, passando pelo plano de contas, sistemas, *softwares*, demonstrações contábeis, notas explicativas e controles internos, para que se possa migrar para o futuro modo de relacionamento com o Fisco sem maiores riscos e problemas. 

Na relação de recursos públicos e privados, a transparência encontra na contabilidade seu grande instrumento de visibilidade, permitindo que a entidade possa se comunicar com tudo que seja necessário e importante ao atendimento de suas finalidades institucionais

História do volun

A evolução da ação voluntária no país passa por quatro momentos bem definidos: benemerência, Estado do Bem-Estar Social, voluntariado combativo e integração do Estado com a sociedade civil.

Benemerência

O nascimento formal do voluntariado teve origem no século 19, com o enfoque na benemerência. À época, os problemas sociais eram entendidos como “desvios” da ordem dominante e atribuídos a indivíduos “em desgraça” que, por não terem a oportunidade de se reintegrarem à sociedade, necessitavam da caridade organizada.

Assim, famílias mais abastadas, com boas intenções, distribuíam seus excedentes entre os necessitados. Nesse contexto social paternalista, rigoroso e excludente, o “voluntariado de benemerência” era incipiente, moralizador, feminino e baseado em rígidos valores morais.

Estado do Bem-Estar Social

A partir do século 20, as instituições filantrópicas assistenciais passaram a ter a intervenção do poder público e, a partir da década de 1930, desenvolveu-se uma política de assistência social. O Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra pregou a solução total das questões sociais, visando atender a população carente.

O atendimento aos necessitados virou política pública e o Estado assumiu a responsabilidade pelas condições de vida da população. Embora desenvolvesse

políticas muito interessantes, foi uma época que favoreceu o individualismo em prejuízo das iniciativas voluntárias ou associativas.

O voluntariado “combativo”

A década de 1960 propiciou irreversíveis transformações de comportamento, politizando e polemizando todas as relações ao extremo, inclusive as pessoais.

Com a queda do Estado do Bem-Estar Social, o movimento voluntário viu-se questionado politicamente e sem direção clara.

O movimento ainda foi influenciado por uma corrente contestatória e libertária, presente em quase todos os movimentos sociais de origem popular da época. Com a mudança da sociedade, grupos de pessoas lideraram a participação ativa nas questões sociais e inúmeras organizações sociais foram criadas, caracterizando uma atuação voluntária de ação social.

Surge o voluntariado combativo, muitas vezes distante de seus ideais básicos. Parecia um movimento “de-

sorientado”, “espontâneo”, principalmente jovem e sem perspectivas de uma consolidação institucional que pudesse desenvolver sua identidade. A ação se baseava no pressuposto de uma mudança de ordem social e situava-se, muitas vezes, no âmbito do protesto.

O modelo dos anos 1980

Na metade da década de 1980, com a democratização da América Latina e dos países em desenvolvimento,

Nesse contexto social paternalista, rigoroso e excludente, o “voluntariado de benemerência” era baseado em rígidos valores morais

tariado no Brasil

o neoliberalismo surgiu como concepção político-econômico-cultural no Ocidente.

Os Estados ajustaram seus orçamentos e diminuíram lentamente os financiamentos da assistência social, transferidos para os empreendimentos privados ou para as mãos dos antigos beneficiados. A resposta foi o nascimento de um voluntariado que veio preencher os espaços deixados pelo Estado e que se esforçou para diminuir as necessidades daqueles que ficaram fora do sistema.

A questão deixou de ser responsabilidade exclusiva do Estado, e a sociedade civil passou a ser corresponsável, inclusive pela atuação de organizações sociais, fundações e empresas. O trabalho voluntário começou a ser debatido como peça-chave nessa abordagem de intervenção nos problemas sociais, tanto pela possibilidade individual de ação participativa nos problemas da sociedade quanto pela ação privada para o bem público.

Foi um voluntariado de muitas conquistas concretas, de muitas ações assistenciais de atuação primária, que agiu para reduzir problemas latentes.

A caminho de uma nova cultura


A década de 1990 abre as portas para um novo voluntariado, que supera o anterior e considera o voluntário como um cidadão que, motivado por

valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento de maneira espontânea e não remunerada em prol de causas de interesse social e comunitário.

O movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, criado em março de 1993, constituiu-se em fato de extrema relevância para revitalizar uma consciência adormecida na sociedade brasileira. Sua proposta foi deixar de esperar por ações estruturais que não estariam ao alcance do cidadão e estimular o gesto imediato para quem tem fome, partindo para ações emergenciais como um primeiro passo.

A partir dessa ação, outras surgiram com a mesma proposta: fazer com que a sociedade tomasse iniciativas imediatas para resolver seus problemas e, ao mesmo tempo, pressionasse o Estado para que ele cumprisse seu papel de formular políticas públicas.

Outro fato marcante na história do voluntariado no Brasil foi a criação do Programa Voluntários, do Conselho da Comunidade Solidária, em dezembro de 1996. O programa incentivou a constituição de uma rede nacional de

Centros de Voluntariado. Hoje, a rede conta com cerca de 60 centros, localizados nas principais cidades do país. São organizações autônomas e independentes financeira e administrativamente, que buscam atender às necessidades da região onde estão inseridas. 

A década de 1990 abre as portas para um novo voluntariado, que considera o voluntário como um cidadão que doa seu tempo, trabalho e talento

 **centro de voluntariado**
de São Paulo

FAÇA PARTE  INSTITUTO BRASILEIRO DE VOLUNTARIADO

Link 
www.cvsp.org.br

e-mail 
facaparte@cvsp.org.br

2ª Edição

Feira e Congresso Internacional de ONGs



ONG Brasil

**EXPO CENTER NORTE
Pavilhão Vermelho
São Paulo - Brasil**

**25 - 27
Novembro
2010**

**Congresso: 9h - 12h
Exposição: 13h - 21h**

**Terceiro Setor, Governo e Iniciativa Privada unidos
por um Brasil cada vez mais solidário, justo e sustentável**

Realização:



Conteúdo:



Parceria de Mídia:



Empresas que acreditam na ideia:



www.ongbrasil.com.br

Para informações sobre como expor ou visitar: UBM Brazil • 11 4689-1935 • ongbrasil@ubmbrazil.com.br

A empresa e a mobilização de voluntários

Quando uma empresa incentiva a prática do voluntariado, ela espera a participação de seus colaboradores. Mas é possível mobilizar pessoas para a solidariedade?

Ao falar sobre voluntariado para um determinado grupo, sempre haverá pessoas familiarizadas com o tema, com uma experiência para contar. A solidariedade é algo muito presente na vida do ser humano; as pessoas atuam como voluntárias por diversas demandas internas, como: retorno social, motivos religiosos, preenchimento de tempo, reconhecimento, crescimento profissional, ideal, entre outras.

Por isso, a mobilização de voluntários tem retorno imediato a partir da convocação. Como base, em média 10% dos colaboradores de uma grande empresa realizam ações voluntárias quando a companhia organiza um Programa Empresarial de Voluntariado (PEV). Isso só acontece porque a empresa mobiliza, convoca, convida. Mas como convocar? Que mensagem se deve passar?


Inicialmente, deve-se levar em conta que muitos colaboradores já fazem ações voluntárias, independentemente do apoio da empresa. Por isso, conhecê-los e não tentar ensinar o “Pai Nosso ao vigário” é essencial. E isso se faz escutando o que eles já fazem, criando espaços para interação. Um PEV é uma oportunidade de transformação primeiramente do voluntário e, ao direcionar sua ação sem construir coletivamente, a empresa pode podar esse potencial criativo e de transformação individual.

Convocar é chamar para o diálogo aberto, sem imposições. Mas você pode estar se perguntando: e as pessoas

que nunca fizeram ações voluntárias, como mobilizá-las? Para esse público é muito importante fazer um momento de sensibilização, com abordagem lúdica, informações e exemplos. O centro de voluntariado de sua cidade pode promover essa sensibilização.

Pessoas que têm vontade de ajudar, mas sempre dizem “não sei como”, estão abertas a participar do programa, mas precisam de um direcionador, um “empurrãozinho”. Nessas mobilizações os encaminhamentos são importantes, como a explicação formal dos passos seguintes e como será o apoio da empresa. Assim, antes de mobilizar é importante que a companhia saiba quais serão as políticas do programa, deixando para os colaboradores a decisão do que será feito de ações voluntárias.

Essa combinação de saber qual será a contrapartida da empresa, escutar quem já faz trabalho voluntário e sensibilizar novas pessoas é a chave ideal para iniciar um programa de voluntariado. Ao formarem um grupo, esses interessados terão a oportunidade de serem os gestores da iniciativa e responsáveis pela mobilização de outros colaboradores, criando um ciclo de sucesso para as ações voluntárias.

Ter a consciência de que ninguém motiva outra pessoa, e de que a motivação depende de cada um, é um passo importante que deve pautar as ações quando pensamos em voluntariado. Como promotores do voluntariado, é possível criar ambientes favoráveis de respeito e construção coletiva para que, em grupo ou individualmente, as pessoas encontrem sua maneira de agir. 



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076



Papel de família

Com pouco mais de 20 anos, Lei da Mãe Social ainda se mantém atual, mas precisa passar por alguns ajustes

Por Luciano Guimarães

Passados quase 25 anos da entrada em vigor da lei nº 7.664/87, que regulamenta a atividade de mãe social, a legislação ainda consegue cumprir sua função na sociedade, embora precise de alguns ajustes para continuar atual.

Embasados em experiência empírica de quem atua com crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, vitimizados e em risco social, gestores de entidades sociais que acolhem essas pessoas em abrigos do tipo casas-lares são unânimes nesse argumento. Ao menos duas alterações são aguardadas com certa pressa – a mudança de nomenclatura da função para cuidador/educador residente, substituindo a terminologia mãe social, e o incremento da fiscalização nas organizações que optam por trabalhar com essas profissionais.

“São necessários ajustes na legislação em função do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e das Normas Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, argumenta Sérgio Eduardo Marques da Rocha, subgestor nacional das Aldeias Infantis SOS Brasil e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

O Brasil tem hoje algum tipo de casa-lar em apenas 1.125 municípios do total de 5.565, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que em 616 cidades há entidades estruturadas para

acolher crianças e adolescentes. Nas demais localidades existem apenas casas-lares voltadas a atender idosos e pessoas com necessidades especiais.

Cada casa-lar conta com unidades residenciais que acolhem a família da mãe social e até dez crianças ou adolescentes. Esse número é variável, assim como o custo da empregabilidade, dentro da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), da mãe social e do valor investido para manter cada criança ou adolescente.

Segundo o membro das Aldeias Infantis SOS Brasil, pela lei, o horário de trabalho da mãe social é intermitente, possibilitando que a mesma more na casa-lar, seu local de trabalho. A rotina se assemelha à de chefe de família: provê a casa-lar, participa da vida escolar das crianças, leva ao médico, propicia momentos de lazer, dá carinho, amor e segurança.

É estabelecida uma relação de confiança e respeito, possibilitando laços afetivos e um ambiente onde a criança e o adolescente possam se desenvolver e curar suas feridas emocionais. As mães sociais dormem nas casas-lares e vão para seus domicílios apenas quando estão de folga (uma vez por semana). Durante esse período, quem fica com as crianças são as mães sociais em treinamento.

“As profissionais são capacitadas segundo as normativas legais de acolhimento institucional e sabem de sua provisoriidade e transitoriedade”, ressalta Sérgio. Nos 16

Mais que uma escolha, uma vocação

Ser mãe social é mais do que uma profissão; é considerada por muitas que a exercem, uma missão. É o caso de Márcia Aparecida Maximo, mãe social das Aldeias Infantis SOS Brasil desde 1999, localizada atualmente na unidade de Rio Bonito (SP).

Antes, atuava na área administrativa de empresas e, apesar de não ter filhos biológicos, reconhece que o trabalho é uma realização pessoal e profissional. “Aprendo muito dando cuidados, amor, atenção, carinho e dedicação total. Quando conseguimos tornar a relação com a criança mais próxima, obtemos melhores resultados”, frisa.

A mesma situação aconteceu com Eliziane da Silva de Oliveira, 42 anos, que também trabalhou na área administrativa de empresas, além de ter atuado na própria Acridas, com a diferença de que tem três filhas. “Não foi ‘exatamente uma escolha minuciosa’. Costumo dizer que não fui eu que escolhi, e sim, que fui escolhida (e acolhida)”, define sua vocação.

programas de acolhimento institucional que a entidade desenvolve em dez Estados e no Distrito Federal, existem hoje 243 mães sociais atendendo, em média, 1,5 mil crianças e adolescentes. O custo de cada profissional fica em torno de R\$ 1.900,00 mensais, e o de uma criança ou adolescente em situação de abrigo institucional, em cerca de R\$ 1.020,00 por mês.

“A formulação dessa lei foi uma forma de profissionalizar o trabalho de mãe social e creio que cumpre muito bem sua função, pois são mulheres que se propõem a cuidar de crianças e adolescentes vitimizadas”, argumenta Regina Natália Mendes, diretora-executiva da Associação Cristã de Assistência Social (Acridas), entidade com sede em Curitiba que atende 90 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos. Na Acridas, cada mãe social cuida, em média, de seis crianças, dispostas em três tipos de abrigo – berçário (0 a 2 anos), casa-lar (3 a 13 anos) e república (14 a 18 anos), e o custo de cada pessoa varia entre R\$ 800,00 e R\$ 1.100,00 mensais, segundo levantamento da entidade.

Rigidez na contratação

Segundo a advogada Marília Mickel Miyamoto, do escritório Andrade Advogados, embora pouco remunerada, a mãe social exerce um papel complexo, pois ela será o modelo de mãe e de família que os menores abandonados terão como referência para a vida adulta. “Assim sendo, a condição para sua admissão nas instituições deve ser de extrema rigidez, obedecendo aos requisitos do artigo 9º da lei – idade mínima de 25 anos; boa sanidade física e mental; curso de primeiro grau ou equivalente; ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos; boa conduta; e aprovação em teste psicológico”, salienta.

Para a advogada, é necessário que haja um órgão fiscalizador com o objetivo de verificar as reais condições às quais os menores são submetidos, se realmente estão tendo um acompanhamento psicológico, educacional e social que se espera de uma instituição pública de assistência.

Antes de chegar à casa-lar, porém, os menores passam pelo afastamento do convívio familiar, que se dá em função de abandono ou da impossibilidade temporária de familiares ou responsáveis de cumprir sua função de cuidado e proteção. Esse afastamento é mantido até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda



Crianças da unidade Igarassu (PE) das Aldeias Infantis SOS Brasil com uma das mães sociais

ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”, afirma Sérgio.

Adoção

Não se sabe ao certo o número de crianças e adolescentes que aguardam por adoção no Brasil, mas estima-se algo em torno de 100 mil, sendo que apenas 15% estariam em condições de conseguir um novo lar. A estatística correta será conhecida no final de 2010, quando o Ministério do Desenvolvimento Social vai anunciar o resultado do Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento.

A pesquisa está sendo desenvolvida por meio de questionários respondidos pelas instituições, com o objetivo de se obter o retrato mais fidedigno possível dessa situação no país, inclusive com a quantidade de casais, mães sociais e pessoas atendidas.

Pai social

O Congresso Nacional ainda debate a criação da figura do pai social, que teria os mesmos direitos da mãe social. O projeto de lei nº 2.971/2004, iniciado na Câmara dos Deputados e de autoria do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), está no Senado desde 2009 e encontra-se sob a relatoria do senador Cícero Lucena (PSDB-PB). A chefia de gabinete do senador informou, no final de junho, que o texto modificado seria apresentado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ainda no segundo semestre de 2010.

“A formulação dessa lei foi uma forma de profissionalizar o trabalho de mãe social e creio que cumpre muito bem sua função, pois são mulheres que se propõem a cuidar de crianças e adolescentes vitimizadas”

Links

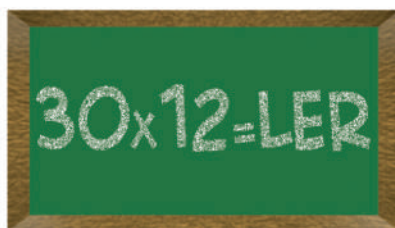
www.acridas.org.br
www.aldeiasinfantis.org.br
www.andradeadvogados.com.br
www.mds.gov.br

Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Andréia Tenório dos Santos
Alfabetizadora da Alfabetização Solidária

Robson Martins da Silva
Aluno da Alfabetização Solidária

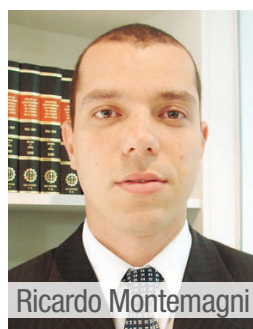
Com apenas R\$ 30,00 por mês durante 12 meses, você adota um aluno. A AlfaSol já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 254 mil alfabetizadores em mais de 2,4 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



AlfaSol

Ligue **0800 727 17 21**
www.alfasol.org.br

Relações de trabalho e as entidades sociais



ricardo@mbiasoli.com.br

Advogado em São Paulo, OAB/SP 236.175, graduado pela UNIFMU, pós-graduado em Direito Tributário pela PUC-SP, com especialização em Direito do Terceiro Setor pela Escola Superior de Advocacia/SP. É colaborador da Revista Filantropia e membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP.



talita@mbiasoli.com.br

Advogada em São Paulo, OAB/SP 208.824, graduada pela Universidade de Sorocaba, mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba e pós-graduada em Gestão Estratégica de Negócios (MBA) pela Universidade de Sorocaba. É professora universitária da Faculdade de Direito de Itu e colaboradora da Revista Filantropia.

As constantes mudanças no cenário econômico, no campo do conhecimento e da tecnologia alertam as organizações sociais quanto ao aperfeiçoamento de suas técnicas de gestão, entre elas, a de pessoas. Um bom processo de seleção, políticas de treinamento constantes, política salarial e de benefícios reforçam o rol de exigências quando o tema envolve a gestão de pessoal.

Tão importante quanto a seleção e a lapidação dos profissionais é a sinergia para um ambiente positivo de convivência laboral, onde é preciso também profissionalização e jogo de cintura para driblar situações de conflitos, em especial quando as implicações são oriundas dessas relações de trabalho. Dissabor apenas das empresas que possuem fins lucrativos? Definitivamente não!

Por essas e outras razões, é preciso sempre lembrar que a legislação equipara as entidades sem fins lucrativos a uma empresa comum. Isso mesmo, sem qualquer privilégio ou concessão adicional. Assim, é necessário abrir o canal de debates, ampliar as parcerias e ficar atento ao que a lei determina. Nos casos de inevitável divergência, é preciso saber a melhor maneira de filtrá-la e solucioná-la com eficiência.

Gerenciar o capital humano de modo preventivo

O rigorismo da legislação, por si só, põe em risco a consecução das atividades de diversas entidades. São normas e mais normas a serem observadas que, às vezes, em razão da ausência de profissionalização dos que estão à frente dessa governança, acabam

esquecidas ou não levadas a sério, impactando de maneira negativa na gestão de pessoal.

Entretanto, em nossa peregrinação rumo à excelência da advocacia trabalhista, observamos cada vez mais que a prevenção é a alma do negócio. Digase, todavia, uma prevenção planejada – nada de “pa-peizinhos” sem valor, à margem das normas legais e convencionais. O pseudoinformalismo da Justiça Laboral não transcende, na prática.

Hoje, as relações são volúveis, sendo que a lei da oferta e da procura também vale para o capital humano. Nada de acordos verbais; tudo deve ser feito nos moldes que a legislação determina. Alguns direitos trabalhistas são indisponíveis, ou seja, não são passíveis de negociação, nem pelo seu próprio possuidor. Por isso, não pense que um documento assinado pelo empregado renunciando a um determinado direito pode ter validade garantida em algum tribunal.

Pela avaliação e recorrência da causa de pedir da maioria das reclamações trabalhistas é possível mensurar onde existem falhas administrativas de interpretação da lei ou mesmo de cunho decisório. Contudo, o papel do consultor em Direito do Trabalho vai além do conhecimento técnico/saneador propriamente dito, pois deve englobar um longo acompanhamento das causas que geram ou podem gerar problemas, de maneira a preveni-las.

Nem oito, nem oitenta

É verdade que ambas as partes possuem razões em seus argumentos. De um lado, os sindicatos, guardiões dos direitos laborais; de outro, as empresas e

equiparadas, que à míngua de recursos em épocas de crise ou dificuldades pontuais não sobrevivem sem flexibilização. O fato é que uma rodada de debates, regada a bom senso e tolerância, não faz mal a ninguém.

É verdade que, às vezes, o diálogo migra para o campo contencioso, e até aí não há novidade. Entretanto, o que se espera é que empresas, trabalhadores e sindicatos possam ao menos tentar equacionar seus conflitos dentro de uma perspectiva legal, sem se utilizarem da intervenção judicial.

Recentemente, uma grande companhia brasileira encontrou um sólido fundamento para deixar de negociar com um determinado sindicato, o que inclusive foi objeto de tutela do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Adivinhem o que aconteceu? O sindicato que representa a categoria se recusou a dialogar, o que levou o Judiciário a validar o acordo coletivo fechado pela empresa diretamente com os empregados.


Diversas decisões similares já favoreceram outras empresas, e até a sistemática parte da aplicação da própria legislação. A Constituição exige a participação dos sindicatos nas negociações, e a CLT, em seu artigo 617, menciona que cabe à empresa notificar o sindicato. Se em oito dias este não remeter uma resposta, a empresa deve mandar uma notificação à Federação da qual o sindicato faz parte que, de igual sorte, terá oito dias para se manifestar. Comprovada a ausência

de manifestação dessas duas entidades sindicais, a empresa pode formar uma comissão de empregados, visando à negociação por meio de assembleia geral.

O direito de acesso ao Judiciário, acima de individual, é um preceito constitucional, que deve estar ligado a uma função social, cabendo ao Estado, na figura do Judiciário, devolver à sociedade e ao indivíduo, por meio de sua prestação jurisdicional, a segurança social das relações de maneira justa.

Contudo, é oportuno que ambas as partes, antes de acionarem a máquina estatal do Judiciário, tenham em mente o seguinte: o empregador cumpre com o ônus de sua atividade, embora não-econômica, arcando com os direitos devidos ao empregado? E o empregado, reivindica com propriedade ou simplesmente se intitula como um grande apostador da loteria?

É um tanto filosófico e pouco pragmático refletir sobre essas questões, mas se empregadores e empregados começarem a agir dessa forma, desde o princípio da relação laboral, certamente haverá menos demandas a serem apreciadas pela justiça do trabalho.

A ideia que se busca passar, em última análise, é a lisura e a ética das relações de trabalho. Não deve haver espaço para a intolerância, intransigência, omissão ou atitudes que de qualquer maneira deflagrem prejuízo ao trabalhador. Contudo, a falta de diálogo em momentos específicos pode causar um dano muito maior do que uma adaptação que beneficiará a coletividade. 

Observamos cada vez mais que a prevenção é a alma do negócio. Diga-se, todavia, uma prevenção planejada – nada de “papezinhos” sem valor, à margem das normas legais e convencionais

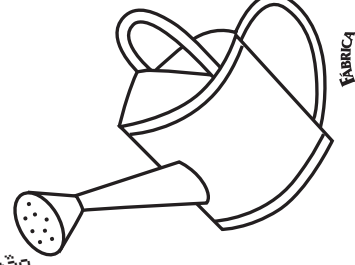


Um programa de **doações** como o nosso se consolida com a sua **participação**

Aumente a eficiência de sua organização através do programa de doações de licenças da TechSoup. Parceiros doadores como Microsoft, Symantec e SAP disponibilizam vários softwares gerando mais produtividade, segurança e gestão para a sua organização.

Para mais informações acesse o site: www.techsoupbrasil.org.br, ou envie um email para suporte@techsoupbrasil.org.br

Venha conhecer novas fórmulas de comunicação responsável e saiba como impactar os consumidores através do estímulo de ações socioambientais.



#modernidade #redes sociais #atitude #diversidade #consumo consciente #educação #ética #sustentabilidade #sustentabilidade #valores pessoais #habilidade #modernidade #diversidade #tecnologia #espiritualidade #consumo consciente #espiritualidade #novos paradigmas #cadeia de valor #redes sociais #educação

unomarketing
comunicação consciente

Feira e Seminário sobre soluções de comunicação responsável

28 a 29 de setembro de 2010

Dois dias de Seminário (28 e 29 de setembro)	Junho/julho	Agosto	Setembro
Desconto	17%	8%	-



Elisa Prado
Tetra Pack



Fred Gelli
Tátil Design



Hiran Castello Branco
Giacometti



Luiz Lara
LewLara e ABAP



Marco Barcellos
Cisco



Renata Macedo
Philips



Maria Luisa López
Unilever Brasil



Sonia Favaretto
BM&FBOVESPA

Plante a semente da comunicação responsável em palestras e seminários sobre:

- A tecnologia e a disseminação da cultura da transparência
- Comunicação como processo educativo e transformador

Veja a relação completa dos painelistas no site.

- Geração M: novos paradigmas de mobilização para transformação
- Responsabilidade pessoal: ética, inovação e autenticidade como condutores dos processos criativos

Inscrições e informações: 11 3032 5633 - www.unomarketing.com.br - Fecomercio - SP /R. Dr. Plínio Barreto, 285





Dispensa de perícia I

Tramita na câmara o projeto de lei nº 7.153/10, do Senado, que dispensa o aposentado por invalidez e o pensionista inválido, beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, do exame médico-pericial após os 60 anos de idade. Atualmente, os aposentados por invalidez são obrigados a se submeter à perícia médica de dois em dois anos até que o médico declare a incapacidade permanente e a aposentadoria se torne definitiva.

Dispensa de perícia II

Pela proposta, o exame para esses grupos só será obrigatório em três casos: se for verificada a necessidade de assistência permanente de outra pessoa ao beneficiário para a concessão do acréscimo de 25% do valor pago; se for avaliada a recuperação da capacidade de trabalho, mediante solicitação do aposentado ou pensionista que se julgar apto; ou se for subsidiada autoridade judiciária na concessão de curatela (nomeação de curador para cuidar dos bens de pessoa incapaz). O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br

Igrejas e templos

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro declarou inconstitucional a lei estadual nº 4.900, de 8 de novembro de 2006, que concedia isenção de emolumentos cartorários e de registro a igrejas e templos de qualquer culto na aquisição de imóveis para seu uso exclusivo. Os desembargadores do Órgão Especial acompanharam, por unanimidade, o voto da desembargadora Maria Inês Gaspar, relatora do processo, para acolher o pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por acreditarem que a lei atinge a autonomia financeira do Poder Judiciário.

 www.tjrj.jus.br

É ilegítimo repassar PIS e Cofins a consumidor

É ilegal a transferência do ônus financeiro relativo a PIS e Cofins ao consumidor final do serviço de fornecimento de energia elétrica. Pelo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o repasse indevido do PIS e da Cofins na fatura telefônica configura “prática abusiva” das concessionárias, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), pois viola os princípios da boa fé objetiva e da transparência, valendo-se da “fraqueza ou ignorância do consumidor” (artigo 39, IV, do CDC), sendo o mesmo entendimento estendido às companhias de energia elétrica. “Somente o ICMS, por expressa disposição legal, deve ser objeto de destaque e cobrança na fatura, repassando-se diretamente o ônus ao assinante”.

 www.stj.gov.br

Desenvolvimento dos CRAS

Por meio da resolução nº 5/2010, da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), foram instituídas, de forma pactuada, as metas de desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) por períodos anuais, visando à sua gradativa adaptação aos padrões normativos estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), com início em 2008 e término em 2013.

 www.mds.gov.br/suas

Manual de convênios da SNAS

Em decorrência da portaria nº 452/2010 da SNAS foi aprovado o Manual de Convênios 2010, contendo orientações necessárias à celebração de convênios para cooperação financeira de projetos no âmbito da assistência social dos Estados, municípios e do Distrito Federal. Nesse mesmo normativo, constam os percentuais mínimos de contrapartida a serem exigidos dos entes federados, no exercício de 2010, para as ações de assistência social financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

 www.mds.gov.br/suas

Certificado de entidade beneficente

A entidade certificada na vigência do revogado artigo 55 da lei nº 8.212/1991, mas que não solicitou a isenção em época oportuna, na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo, não faz jus ao benefício até 30 de novembro de 2009, data da entrada em vigor da lei nº 12.101/2009. Terá direito à isenção, no entanto, a partir da vigência da lei nº 12.101/2009, caso sua certificação ainda esteja válida e caso preencha todos os requisitos do artigo 29 do novo diploma legal, conforme solução de consulta da RFB nº 41, de 22 de abril de 2010.

 www.receita.fazenda.gov.br

Cursos gratuitos I

O Senai oferece cursos gratuitos a distância sobre temas que desenvolvem capacidades para a iniciação no mundo do trabalho ou, no caso de quem já está trabalhando, para a atualização das competências profissionais. Os temas disponíveis, em geral, versam sobre Educação Ambiental, Empreendedorismo, Legislação Trabalhista, Segurança do Trabalho e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Cursos gratuitos II

É permitido cursar apenas um título por vez, e o interessado deve estar acima da faixa etária de 14 anos. Após o preenchimento da ficha de inscrição, uma publicação será enviada pelos Correios. O inscrito terá o prazo de um mês para estudar o conteúdo e retornar, também pelo correio, o encarte (folha de resposta) que acompanha a publicação. Caso seja aprovado, será encaminhado o certificado. Para mais detalhes, entrar em contato pelo e-mail: eadcompetencias@sp.senai.br.

 www.senai.br

Cursos do MEC


O Ministério da Educação (MEC) lançou uma nova edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. A publicação inclui dez novos cursos, divididos nos eixos tecnológico-militar (seis cursos), segurança (três) e apoio educacional (um). O catálogo orienta instituições e estudantes sobre o teor e a infraestrutura de cada formação. Conheça o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia acessando o site do MEC.

 www.mec.gov.br



Retificação contábil

Conforme estabelecido na NBC T 2.4, aprovada pela resolução CFC nº 596/1985 – Diário Oficial da União de 29 de julho de 1985, a retificação de lançamento contábil é o processo técnico de correção de um registro realizado com erro na escrituração contábil das empresas e entidades em geral.

 www.portaldecontabilidade.com.br/nbc

Férias em dobro

Os valores correspondentes ao dobro da remuneração de férias não pagas no prazo estipulado na legislação trabalhista não estão sujeitos à incidência de contribuições previdenciárias e depósito para o FGTS.

 www.iob.com.br

Salário e rescisão

O atraso sistemático no pagamento de salários configura falta grave, ensejando rescisão indireta do contrato de trabalho. Com esse entendimento, a Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho confirmou sentença de Primeiro Grau (na qual as ações são ajuizadas), reconhecendo a rescisão indireta de contrato de uma auxiliar de enfermagem, diante do reiterado atraso no pagamento dos salários.

 www.trt4.gov.br

Incentivo fiscal

A contabilização dos incentivos fiscais, relativos às aplicações nos fundos de investimentos regionais (Finor, Finam e Funres), pelas empresas optantes pelo lucro real anual, será feita debitando-se investimentos, no ativo não circulante, no momento da indicação na declaração de informações correspondente, e creditando-se Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido.

 www.iob.com.br

1 Incide imposto de renda sobre receita de aluguel?

É necessário apreciar o caso concreto para avaliar todas as nuances da imunidade constitucional conferida a algumas entidades acerca de impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços. Há de se levar em consideração, contudo, a solução de consulta nº 127/2010, da Receita Federal do Brasil, que declina que é imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a receita de aluguel auferida por instituições de assistência social se esta for integralmente aplicada nas suas atividades fins, bem como se for fruto da mera locação eventual ou circunstancial de um imóvel próprio. Nesse caso, a locação não chega a constituir uma atividade de natureza empresarial pois, por si e a rigor, é ato de índole civil, sem finalidade lucrativa. Todavia, se a instituição tem como única atividade a locação de imóveis próprios, ou, a par de outras atividades, efetua a locação de imóveis próprios, cuja renda representa parcela significativa de sua receita total, administrando-os como se fosse imobiliária, está configurada a atividade de natureza empresarial, sujeita à tributação.

2 Minha instituição oferta algumas atividades teatrais. É devido o recolhimento de ISS sobre elas?

É importante destacar que, no município de São Paulo, foi publicada a lei nº 15.134, de 19 de março de 2010, que isenta do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a partir de 1º de janeiro de 2010, os serviços ligados a espetáculos teatrais, dança, balés, óperas, concertos de música erudita e recitais de música, shows de artistas brasileiros, espetáculos circenses nacionais, bailes, desfiles, inclusive de trios elétricos, de blocos carnavalescos ou folclóricos e exposições cinematográficas. Vale complementar que a isenção não dispensa os prestadores da inscrição e atualização de dados do Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), bem como das demais obrigações acessórias.

3 Nossa escola realiza diversas atividades extracurriculares. Devo pagar hora extra aos professores?

Em princípio, é importante averiguar o que a convenção ou o acordo coletivo de trabalho dessa categoria dispõe a respeito. O tempo despendido em tarefas extracurriculares, qualificado como hora-atividade, não se confunde com a ministração das aulas, que constitui a denominada carga horária do professor e, portanto, a medida de sua jornada normal. Em recente decisão, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo) decidiu que o exercício de outras atividades promovidas pela escola em seu recinto ou fora dele, mas dirigidas à

consecução da finalidade do magistério, implica o pagamento de sobrejornada.

4 Como calculo o adicional de insalubridade devido aos empregados de minha entidade?

A súmula vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal (STF) veda a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado. O enunciado também impede a substituição da base de cálculo (do salário mínimo) por meio de decisão judicial. Até que se edite lei nova alterando a base de cálculo do adicional de insalubridade, o salário mínimo continuará sendo utilizado como base. Recentes decisões monocráticas do STF esclarecem que não é possível utilizar o piso normativo da categoria como base de cálculo do adicional de insalubridade, salvo expressa previsão em norma coletiva.

5 Minha funcionária não faz uma hora de almoço quase todos os dias, embora nossa creche tenha o intervalo. O que devo fazer?

Todo cuidado é pouco, pois nos termos do parágrafo 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o limite mínimo de uma hora para repouso e refeição somente poderá ser reduzido com a autorização do Ministério do Trabalho. Essa norma é de ordem pública e, por isso, não pode ser alterada por vontade das partes, mesmo que assistidas por entidades de classe. A doutrina e a jurisprudência sensíveis à segurança e à saúde do trabalhador já vinham entendendo que o trabalho durante o intervalo intrajornada deveria ser remunerado como hora extraordinária. Com a entrada em vigor da lei nº 8.923/1994, a concessão de intervalo intrajornada inferior a uma hora diária implica seu pagamento como sobrejornada.

6 Minha entidade adota a arbitragem para solução de conflitos trabalhistas, mas tenho dúvida sobre a sua validade.

Instituída pela lei nº 9.307, de 1996, a arbitragem é um meio de solução de conflitos cada vez mais usado em discussões trabalhistas. Contudo, recentemente o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou recurso no qual concluiu que a arbitragem não se compatibiliza com os direitos do trabalhador e, portanto, não poderia ser usada para discutir litígios entre empresa e empregado. Como a decisão pode ser objeto de recurso, inclusive revertida no STF, antes de adotar qualquer medida é importante analisar o caso juntamente de um profissional do Direito, pois somente ele poderá avaliar as vulnerabilidades da instituição optar pela arbitragem.

Agosto

Dia	Obrigação	Fato gerador
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged – 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em julho/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de julho/10
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência julho/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	GFIPI	Entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a julho/10
	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em junho/10
13	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de julho
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência julho/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em junho/10
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência julho/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em julho
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/10
31	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1ª a 15 de julho
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em junho/10
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em julho/10. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF – Quota	Pagamento da 5ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2009, acrescida de juro de 1%

Setembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
3	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em agosto/10
	GFIPI	Entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a agosto/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de agosto/10
8	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/10 para pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF mensal
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência agosto/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de agosto
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência agosto/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em agosto, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência agosto/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/10
24	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/10
	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em agosto/10
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de setembro (art. 35 da lei nº 10.925/04)
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em julho/10
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em agosto/10. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	ITR	Entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) – exercício 2010
	IRPF – Quota	Pagamento da 6ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2009, acrescida de juros pela taxa Selic de maio a agosto de 2010 mais 1%.

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
*1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
De	Até			
-	R\$ 1.040,22	8 %		8 %
R\$ 1.040,23	R\$ 1.733,70	9 %		9 %
R\$ 1.733,71	R\$ 3.467,40	11 %		11 %
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
De	Até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 1.040,22	8 %	12 %	20 %
R\$ 1.040,23	R\$ 1.733,70	9 %	12 %	21 %
R\$ 1.733,71	R\$ 3.467,40	11 %	12 %	23 %
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 – Salário mínimo				
Período		Valor		
a partir de abril/2006		R\$ 350		
a partir de março/2008		R\$ 415		
a partir de fevereiro/2009		R\$ 465		
a partir de janeiro/2010		R\$ 510		

(*) Conforme a Portaria Interministerial 333 MPS-MF, de 29/6/2010, publicada no Diário Oficial do dia 30/6/2010, dentre outras normas, reajustou em 7,72%, com efeito retroativo a 1/1/2010, os valores da tabela de Salários de Contribuição aplicável aos segurados empregados, inclusive o doméstico e o trabalhador avulso.

5 - IR - Fonte e Carnê Leão (2010)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.499,15	-	-
de R\$ 1.499,16 até R\$ 2.246,75	7,5 %	R\$ 112,43
de R\$ 2.246,76 até R\$ 2.995,70	15 %	R\$ 280,94
de R\$ 2.995,71 até R\$ 3.743,19	22,5 %	R\$ 505,62
acima de R\$ 3.743,19	27,5 %	R\$ 692,78

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 150,69 por mês;
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.499,15 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade;
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas sujeitas a alterações.

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/O-6, Bacharel em Direito e Contabilista do Escritório Dom Bosco.

O novo decreto regulamentador da atividade social

Caminhos para a consolidação de uma política de Estado

Por Marcos Biasoli

Colaboradores: Talita Falcão e Ricardo Curia

A política de Estado é instituída pelo comando constitucional e visa estabelecer a regência da função pública no desenvolvimento humano. Nesse caminho está a sociedade civil organizada, que foi designada para contribuir com o povo em complemento à obra estatal. Para tanto, foi-lhe cedido o direito de participar do orçamento econômico da nação, a ser exercitado por diferentes modelos. Entre eles estão: financiamentos, parcerias, subvenções, incentivos e isenções fiscais.

No estudo do último modelo, ou seja, da isenção fiscal, é notório que o zelo do Estado é redobrado, tendo em vista que o exercício de tal direito nasce de atos unilaterais do ente social, ante ao fato de que o reconhecimento da referida isenção é regido por um único ato declaratório emanado pelo poder público, o qual somente é revogado após a comprovação de que tenha havido tergiversação do orçamento. Em outras palavras, a gestão do recurso inserido no caixa do ente, ora fruto do não-recolhimento dos tributos, é de sua exclusiva responsabilidade no sentido de

torná-lo servil à promoção humana nos limites da política de assistência social.

Partindo do pressuposto de que não é tarefa fácil administrar os próprios recursos, quiçá o tesouro do próximo, o Estado não pode ser negligente, sob pena de ser responsabilizado por submissão a eventual ato ilegal. Derivado dessa mistura de papéis, o Estado neoliberal não se alforria de buscar ferramentas por meio do legislativo a cumprir sua função, e a sociedade civil organizada muitas vezes enxerga nele – Estado – o algoz que lhe castiga para que sirva ao Brasil.

Na saga de tentar dissuadir o binômio servidão *versus* castigo, é necessário trazer à tona um modo diferente de enxergar o novo estatuto legal, o qual já chegou com o equivocado pseudônimo de novo marco legal da filantropia, que é o decreto nº 7.237/10, que veio regular a lei nº 12.101/09 por meio da acareação da regulação anterior para com a atual.

Nas próximas páginas, confira as mudanças estabelecidas pelo decreto regulamentador.



Guia prático da lei nº 12.101/09 com base no decreto 7.237/10

Decreto nº 2.536/1998 (como era)	Lei nº 12.101/2009 (como ficou)	Decreto nº 7.237/2010 (como ficou)	Comentários
I – Reconhecimento do Estado visando certificar o ente como social			
(i) Tempo de efetivo funcionamento para requerimento			
Três anos.	Mínimo de 12 meses – observar demonstração do exercício fiscal anterior ao do requerimento. Entidades de Saúde e Assistência Social podem ter prazo reduzido em caso de necessidade atestada pelo gestor do SUS e SUAS, respectivamente.	Manutenção da redação da lei nº 12.101/09.	Reduzido o tempo de existência da entidade para requerer a certificação.
(ii) Validade do certificado			
Três anos.	Prazo mínimo de um ano, prazo máximo de cinco anos, observado regulamento de cada ministério competente.	Três anos.	Mantença da validade em igual teor ao normativo anterior.
(iii) Apresentação de renovação			
Até o último dia de vigência do certificado anterior.	Seis meses antes.	Seis meses antes, sendo que: Para os requerimentos dentro do prazo, o efeito da decisão contará: I – do término da validade da certificação anterior, se a decisão for favorável ou se for desfavorável e proferida até o prazo de seis meses; II – da data da publicação da decisão, se esta for desfavorável e proferida após o prazo de seis meses. Para os requerimentos fora do prazo, o efeito da decisão contará: I – do término da validade da certificação anterior, se o julgamento ocorrer antes do seu vencimento; II – da data da publicação da decisão, se esta for proferida após o vencimento da certificação.	O benefício é para quem renova dentro do prazo, mesmo que indeferido. Assim, a entidade que protocolar fora do prazo não usufruirá os efeitos da certificação no período compreendido entre o término da sua validade e a data de publicação da decisão, independentemente do seu resultado.
(iv) Competência para julgar			
Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	Ministério da Educação, da Saúde ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	Tudo indica que os sistemas serão unificados (SISCEBAS), embora cada Ministério administre a certificação atinente às entidades que estão sob sua tutela.

Decreto nº 2.536/1998 (como era)	Lei nº 12.101/2009 (como ficou)	Decreto nº 7.237/2010 (como ficou)	Comentários
I – Reconhecimento do Estado visando certificar o ente como social			
(v) Competência para entidades com atividade mista			
Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	Ministério competente será determinado pela atividade preponderante (indicada em cartão de CNPJ).	A área de atuação preponderante (CNPJ) deverá corresponder ao principal objeto de atuação da entidade verificado nas demonstrações contábeis e, caso necessário, nos seus atos constitutivos e relatório de atividades. Contudo, as entidades beneficentes de assistência social com atuação em mais de uma área deverão ser cadastradas e figurar nos cadastros dos ministérios responsáveis pelas respectivas áreas.	Deverá haver comprovação dos requisitos exigidos para as demais áreas. Os ministérios averiguarão o enquadramento feito pela entidade segundo o critério de preponderância. Se for constatada divergência entre a atividade econômica (CNPJ) e o principal objeto de atuação da entidade, o requerimento será encaminhado ao ministério responsável, que recomendará à entidade que efetue as alterações necessárias no CNPJ e em seus atos constitutivos.
(vi) Concessão Originária			
Sem previsão.	Processos protocolados antes da publicação da lei serão remetidos ao ministério competente em 180 dias.	Recebido o requerimento de concessão da certificação ou de renovação, o ministério responsável consultará os demais ministérios, que se manifestarão no prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, sobre o cumprimento dos requisitos nas suas respectivas áreas.	Aplicável às entidades mistas.
(vii) Recursos			
Da decisão caberá recurso no prazo de dez dias.	Caso deferido, não cabe recurso. Caso indeferido, caberá recurso, com efeito suspensivo, em 30 dias da data da publicação.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	Favorável à entidade, em especial na questão do efeito suspensivo.
(viii) Representação			
Prazo de defesa de 30 dias contados da ciência, cabendo recurso pela Receita Federal do Brasil (RFB) em caso de indeferimento.	Prazo de defesa de 30 dias da ciência, não cabendo recurso pela RFB em caso de indeferimento. Amplia o rol de entes que podem ajuizar representação: MP, RFB, TCU, gestor municipal ou estadual do SUS ou do SUAS, bem como o gestor da educação municipal, distrital ou estadual, Conselhos de Assistência Social e Saúde, conselhos de acompanhamento e controle social previstos (lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007).	Prazo de defesa de 30 dias a partir da notificação, não cabendo recurso da RFB (que será apenas científica). No mais, manteve a redação da lei nº 12.101/09.	É favorável à entidade, já que no caso da improcedência da representação esta será arquivada, embora haja uma ampliação significativa do rol de entes que poderão representar em face da entidade.
II – Gratuidades			
II.1 – Saúde			
(i) Percentual de gratuidade			
60% SUS – comprovação anual em internações realizadas – pacientes-dia e atendimento ambulatorial. Percentual pode ser individualizado por estabelecimento.	60% SUS – comprovação anual em internações realizadas e atendimento ambulatorial, devendo ainda comprovar o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas em convênio. Percentual pode ser individualizado por estabelecimento desde que não abranja outra entidade com personalidade jurídica própria que seja mantida pela instituição.	Consideram-se entidades beneficentes de assistência social na área de saúde aquelas que atuam diretamente na promoção, prevenção e atenção à saúde (comprovarão a aplicação do percentual de sua receita bruta em atendimento gratuito por meio de procedimento a ser estabelecido pelo Ministério da Saúde). 60% SUS – cópia da proposta de oferta da prestação de serviços ao SUS (por paciente), encaminhada pelo responsável legal da entidade ao gestor local do SUS, protocolada junto à Secretaria de Saúde. Percentual pode ser individualizado por estabelecimento desde que não abranja outra entidade com personalidade jurídica própria que seja mantida pela entidade (até 10% de seus serviços).	As entidades realizadoras de projetos de apoio ao SUS, com prestação de serviços gratuitos ambulatoriais e hospitalares, deverão comprová-los mediante preenchimento do Sistema de Informação Ambulatorial e do Sistema de Informação Hospitalar. Os projetos deverão ser objeto de relatórios anuais, encaminhados ao Ministério da Saúde. O paciente-dia de UTI terá maior peso na valoração do que aquele atribuído ao paciente-dia de internação geral. Atendimentos ambulatoriais corresponderão a uma fração do valor médio do paciente-dia obtido anualmente. O valor médio do paciente-dia será estabelecido pelo Ministério da Saúde. Serão considerados somente os procedimentos ambulatoriais registrados pelas entidades de saúde no Sistema de Informação Ambulatorial no exercício anterior. Refém de metas do gestor do SUS.

Decreto nº 2.536/1998 (como era)	Lei nº 12.101/2009 (como ficou)	Decreto nº 7.237/2010 (como ficou)	Comentários
I – Reconhecimento do Estado visando certificar o ente como social			
(ii) Complementação de gratuidade			
- 100% se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a 30%; - 50% de redução no percentual de aplicação em gratuidade, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 30%; - 75% de redução no percentual de aplicação em gratuidade, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 50%, ou se completar o quantitativo das internações hospitalares, medido por paciente-dia, com atendimentos gratuitos devidamente informados por meio de Confirmação de Internação Hospitalar (CIH), não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte.	- 20% se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a 30%; - 10% se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 30% e inferior a 50%; - 5% se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a 50%, ou se completar o quantitativo das internações e atendimentos ambulatoriais com atendimentos gratuitos devidamente informados, não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte; - não será admitida como gratuidade a diferença entre valores praticados pela entidade e o pago pelo SUS.	Com relação à complementação, manteve a redação da lei nº 12.101/09.	Exterminio do aproveitamento dos resultados sociais da atividade mista.
(iii) Compensação de gratuidade			
Sem previsão.	Sem previsão.	Caso os recursos despendidos nos projetos de apoio institucional não alcancem o valor da isenção usufruída, a entidade deverá compensar a diferença até o término do prazo de validade de sua certificação (desde que não inferior a 70% da isenção).	Positivo à entidade, uma vez que poderá complementar até a vigência de seu certificado. Porém, utilizar-se apenas em caso de extrema necessidade.
II. II Educação			
(i) Percentual de gratuidade e receita da base de cálculo			
Aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não-integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas.	A entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida, nos termos da lei nº 9.870/99.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	Base de cálculo passa a ser a receita efetivamente recebida, diferentemente do critério anteriormente utilizado, mais abrangente.
(ii) Concessão de bolsas			
Resolução CNAS 177/200 – fala em gratuidade integral e parcial, sem delimitar percentuais.	- Bolsa de estudos integrais: uma a cada nove alunos pagantes – destinadas a alunos com renda familiar <i>per capita</i> até um salário mínimo e meio; - Bolsas de 50%, quando necessário, para o alcance do percentual mínimo exigido – destinadas a alunos com renda familiar <i>per capita</i> até três salários mínimos; - Para a entidade que, além de atuar na educação básica ou em área distinta da educação, também atue na educação superior, aplica-se o disposto no artigo 10 da Lei do Prouni.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09. Deverá apresentar ao MEC relatórios semestrais ou anuais, de acordo com a periodicidade de seu calendário escolar e acadêmico, informando sobre o preenchimento das bolsas de estudo.	Poderão ser cumpridas considerando-se diferentes etapas e modalidades da educação básica presencial, inclusive em diferentes estabelecimentos de ensino de uma mesma mantenedora, desde que registrados sob o mesmo CNPJ. Poderão ser consideradas bolsas concedidas com educação profissional, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os descontos concedidos antes de 30 de novembro de 2009 poderão ser mantidos até a conclusão da etapa da educação básica presencial em que os beneficiários estejam matriculados.

Decreto nº 2.536/1998 (como era)	Lei nº 12.101/2009 (como ficou)	Decreto nº 7.237/2010 (como ficou)	Comentários
I – Reconhecimento do Estado visando certificar o ente como social			
(iii) Perfil socioeconômico (PSE)			
Sem previsão.	Passa a ser obrigatório, com a responsabilidade direta dos pais do aluno bolsista acerca da veracidade das informações prestadas, cabendo o cancelamento a qualquer tempo em caso de falsidade ideológica.	Todas as bolsas de estudos deverão ser ofertadas e preenchidas em sistema eletrônico disponibilizado pelo MEC. Deverão selecionar os alunos a partir do perfil socioeconômico e dos seguintes critérios: I – proximidade da residência; II – sorteio; III – outros critérios contidos no plano de atendimento da entidade.	Resguardo positivo à entidade para comprovação qualitativa da gratuidade, bem como em face de eventuais fraudes documentais cometidas pelos pais de bolsistas, que responderão civil e penalmente. O MEC poderá determinar a reformulação dos critérios de seleção de alunos beneficiados, constantes do plano de atendimento da entidade, sob pena de indeferimento.
(iv) Complementação de gratuidade			
Sem previsão.	Para o cumprimento das proporções previstas, a entidade poderá contabilizar o montante destinado a ações assistenciais, bem como o ensino gratuito da educação básica em unidades específicas, programas de apoio a alunos bolsistas, tais como transporte, uniforme, material didático, além de outros, definidos em regulamento, até o montante de 25% da gratuidade. Existência de adequação sucessiva nos três primeiros exercícios a partir da publicação da lei: I – até 75% no primeiro ano; II – até 50% no segundo ano; III – 25% a partir do terceiro ano.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	É positivo para se determinar um período de transição até o atendimento integral da nova regra.
(v) Compensação de gratuidade			
Sem previsão.	Compensação de gratuidade: as entidades de educação que não apliquem em gratuidade o percentual mínimo poderão compensar o percentual no exercício subsequente, com o acréscimo de 20% sobre o percentual a ser compensado, desde que tiverem aplicado pelo menos 17% em gratuidade.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	Positivo para a entidade, uma vez que poderá complementar até a vigência de seu certificado. Porém, é melhor utilizá-la apenas em caso de extrema necessidade.
(vi) Cumprimento de metas			
Sem previsão.	- Demonstrar adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE); - Atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelo MEC.	A adequação às diretrizes e metas estabelecidas no PNE será demonstrada por meio de plano de atendimento de concessão de bolsas, ações assistenciais e programas de apoio aos alunos bolsistas, submetido à aprovação do Ministério da Educação.	Critério de rigorismo subjetivo e de difícil comprovação e execução. O planejamento dessas ações e medidas deve contemplar todo o período de vigência da certificação a ser concedido ou renovado. O MEC pode propor medidas a serem implementadas pela entidade em prazo a ser fixado, sob pena de indeferimento do requerimento ou cancelamento da certificação.
II.III – Assistência Social			
(i) Percentual em gratuidade			
20%	Sem previsão expressa.	Demonstrar potencial para se integrar à rede socioassistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS.	Embora não haja correlação com a receita auferida pela entidade ou isenção usufruída, a integração à rede SUAS e o cumprimento de metas pelo gestor municipal pode gerar alguns embargos.

Decreto nº 2.536/1998 (como era)	Lei nº 12.101/2009 (como ficou)	Decreto nº 7.237/2010 (como ficou)	Comentários
I – Reconhecimento do Estado visando certificar o ente como social			
(ii) Capacidade de Atendimento			
Sem previsão.	A capacidade de atendimento será definida anualmente pela entidade, aprovada pelo órgão gestor de assistência social municipal ou distrital e comunicada ao Conselho Municipal de Assistência Social.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	Vínculo da entidade de assistência social à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS: gestor municipal passa a ter papel protagonista. Declaração do gestor local de que a entidade realiza ações de assistência social de forma gratuita (a partir de 2011).
(iii) Conceito de entidade de assistência social			
As entidades de assistência social a que se refere o <i>caput</i> são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.	Considera-se entidade beneficente de assistência social, para os fins deste decreto, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de: I – proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; II – amparar crianças e adolescentes carentes; III – promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências; IV – promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde; V – promover a integração ao mercado de trabalho. As entidades que prestam serviços de habilitação e reabilitação de pessoa com deficiência e da promoção da sua integração à vida comunitária, e aquelas abrangidas pela lei nº 10.741/03, poderão ser certificadas – 60% de sua capacidade de atendimento ao sistema público de assistência.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	Atividades assistenciais <i>versus</i> atendimento do decreto nº 6.308/07: - atendimento; - assessoramento; - defesa e garantia de direitos. Vínculo à Norma Operacional Básica (NOB) SUAS, com definição de complexidade do sistema: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) – resolução 109/09 CNAS, que regula artigo 18 da Loas, não revogado.
(iv) Vinculação SUAS			
Sem previsão.	A comprovação do vínculo da entidade de assistência social à rede SUAS é condição suficiente para a concessão da certificação.	Deverá estar vinculada ao SUAS há, pelo menos, 60 dias. Além da vinculação à rede SUAS, a entidade deve disponibilizar serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), salvo no caso de inexistência dos referidos centros.	Benéfica forma para as entidades com menos de 12 meses de funcionamento conquistarem os benefícios advindos com a certificação.
(v) Requisito específico			
Estar inscrita no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.	Manteve acrescentando a necessidade de integrar o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência e promoção social.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09.	O CNAS já publicou resolução harmonizando os critérios para inscrição nos conselhos municipais (Res. 016/2010).
III – Isenção			
(i) Requisitos			
Observância dos requisitos do artigo 55 da lei nº 8212/91.	Requisitos constantes na própria lei.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09, assomado a outros requisitos.	Reabre-se o debate da norma apta à regulação de imunidade tributária: Lei ordinária <i>versus</i> Lei Complementar
(ii) Procedimento			
Observância do decreto nº 3.048/99.	Sem previsão.	Sem previsão.	
(iii) Gozo da isenção			
Após deferimento de pedido administrativo à RFB.	Isenção automática com o deferimento da certificação.	O direito à isenção das contribuições sociais somente poderá ser exercido pela entidade a contar da data da publicação da concessão de sua certificação no Diário Oficial da União.	
(iv) Comunicação			
Sem previsão.	Os ministérios comunicarão à RFB, na forma e prazo por ela definidos, sobre os requerimentos de concessão de certificação ou de renovação deferidos ou definitivamente indeferidos.	Manteve a redação da lei nº 12.101/09, acrescentando que o comunicado deverá se estender aos respectivos conselhos setoriais.	

O regulamento conta com 51 artigos e, embora tenha esclarecido pontos que ainda prescindiam de detalhamento, é evidente que, em um cenário de alteração legislativa, em especial as dessa magnitude, há muito que se assentar.

Desse modo, cabe destacar que o relacionamento entre as entidades e o poder público ganhará um estreitamento ímpar. O que se espera dessa fase de realinhamento é a somatória de esforços, em prol da solidificação de uma política de Estado que priorize as necessidades sociais de nossa população de forma planejada, continuada e harmonizada com o princípio da universalidade do atendimento.

É fato que toda parceria tem os seus prós e contras e, nesse caso, certamente não será diferente. Afinal, as entidades deverão contar com o “bom senso” dos gestores municipais em algumas ocasiões, já que, em um universo aproximado de 5.507 municípios, muitos gestores possuem formação distinta da área de atuação, em razão do cargo ser eminentemente político.


Na ponta do *iceberg* das mudanças, as mais significativas são aquelas destinadas às entidades educacionais, para promover a elaboração de planos de atendimentos baseados em diretrizes e metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), com ações e medidas para todo o período de vigência da certificação. Além disso, haverá rigor adicional à questão da concessão de bolsas, as quais serão lançadas em sistemas eletrônicos, possibilitando o cruzamento de dados com outros órgãos da administração pública.

O novo decreto também trouxe nuances no que se refere à temática do momento de apresentação do pedido de renovação. Agora, o prazo expresso é de seis meses para julgamento, salvo necessidade de diligência justificada e diferentes termos de contagem inicial para o período de validade, agora balizado em três anos, ponto que deve ser avaliado com afinco caso a caso.

Outro ponto que se faz necessário elucidar é a definição de atividade preponderante, para fins de indicação do ministério responsável. A certificação não se restringe àquela constante do cartão de CNPJ, mas sim àquela encontrada nos assentos contábeis e relatos sociais da entidade.

A novidade foi a desburocratização para ver reconhecida a isenção das contribuições sociais pelo ente social, sendo que antes era necessária a peregrinação junto à autoridade fiscal para se obter o Ato Declaratório. Pelo novo regramento, basta o cumprimento das obrigações acessórias que constam no decreto para que se obtenha a convalidação automática do direito constitucional. Entende-se que esse foi o ponto mais acertado do decreto, entre outros, pois o direito da isenção não padece de

autorização do Estado, mas sim de comprovação de que o sujeito dele preenche todos os requisitos legais para exercê-lo.

Enfim, a travessia é árdua e, muitas vezes, até hostil na construção de um Estado justo e grande em ferramentas sociais, mas como dizia William Shakespeare, “ser grande, é abraçar uma grande causa”. Tal como a nossa. 

O que se espera dessa fase de realinhamento é a somatória de esforços, em prol da solidificação de uma política de Estado que priorize as necessidades sociais de nossa população

sustent@correlações



“ A sustentabilidade passou a influenciar como os negócios são feitos e como as empresas são gerenciadas, e isso ocorre devido ao novo despertar de consciências das pessoas de negócios. Desta forma, sua organização deve adotar a sustentabilidade como uma estratégia inteligente e eficiente para o atual momento do ambiente empresarial e para a concepção de novos empreendimentos sustentáveis e inovadores, são os novos negócios para os novos tempos”.

miltonsousa@sustente.org

www.sustente.org
sustente@sustente.org



Em busca de abrigo e proteção

Cresce em escala recorde o número de refugiados que pedem asilo a países estrangeiros

Por Cinthia de Paula

Somente em 2009, mais de 43 milhões de pessoas fugiram de seus países de origem por causa de conflitos. O motivo? Perseguição por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Preconceito. É o que ainda leva milhares de pessoas em todo o mundo a viverem fugindo.

Números recentes do relatório *Tendências Globais*, divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), revelam que a cifra de refugiados mundiais é a maior desde a metade dos anos 1990 e que o número de repatriados aos seus países de origem é o mais baixo nos últimos 20 anos.

Apesar disso, o número médio de refugiados é ainda considerado estável – está em torno de 15,2 milhões de pessoas, sendo que dois terços desse total vivem sob os cuidados do Acnur e o restante é assistido por uma agência da ONU que se dedica somente a refugiados palestinos.

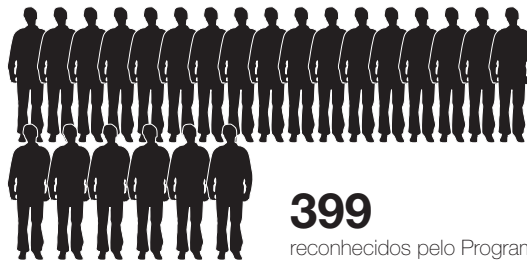
O relatório mostra também que apenas 251 mil refugiados retornaram para casa em 2009 – o menor número desde 1990. Nos últimos dez anos, os retornos voluntários chegavam a cerca de 1 milhão por ano. Atualmente, mais de 5,5 milhões de refugiados sob os cuidados do Acnur estão em situação prolongada de exílio – cinco anos ou mais – e a ONU acredita que esse número deve crescer, pois são cada vez piores as condições para essas pessoas voltarem para suas casas, uma vez que as situações de conflito são constantes.

O Acnur protege, assiste e busca soluções para os refugiados, e os que chegam ao Brasil podem contar também com o apoio da Cáritas, entidade composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios. Segundo Heloisa Santos Nunes, coordenadora do Serviço de Atendimento a Refugiados

76 nacionalidades presentes nesse universo de refugiados



Total de refugiados no Brasil:
4.294



3.895
reconhecidos por
vias tradicionais

399
reconhecidos pelo Programa de Reassentamento

Nacionalidades com maior representatividade de refugiados



Angola
1.688



Colômbia
589



República Democrática do Congo
420

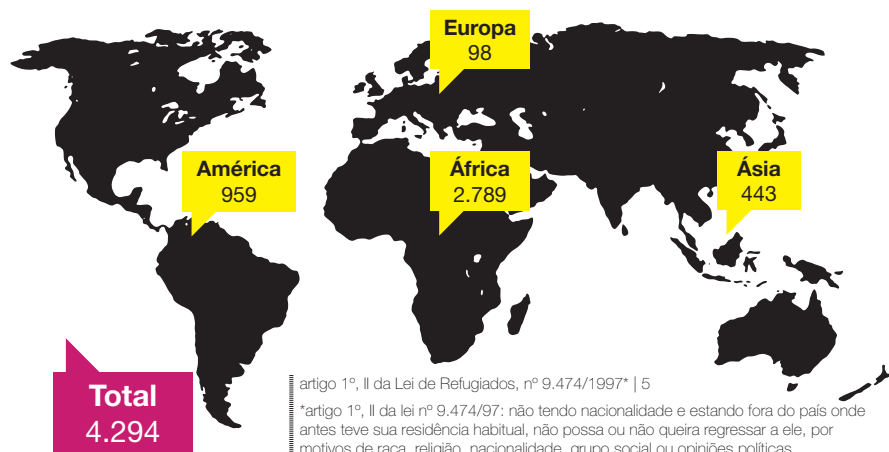


Libéria
259

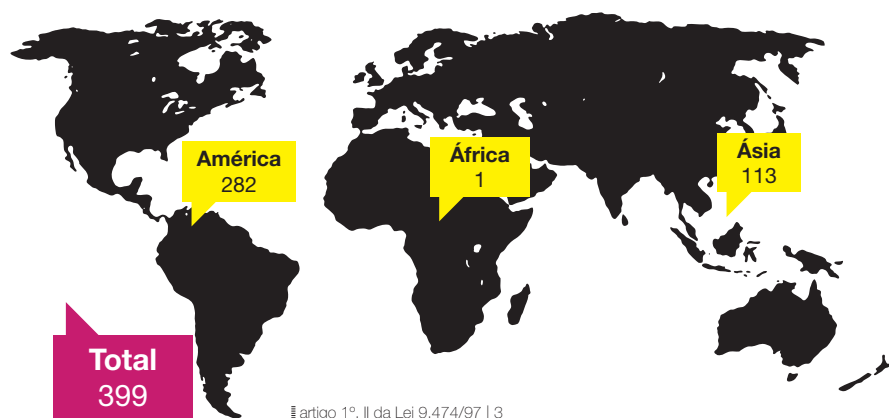


Iraque
199

Refugiados por continente



Reassentamento



da Cáritas do Rio de Janeiro, o atendimento é feito em convênio com o Acnur. “Desenvolvemos diversas ações e projetos para ajudar os refugiados, tanto em relação às questões legais, como documentação, quanto em relação à sua sobrevivência e integração no país”, explicou.

Uma vez no Brasil, os refugiados participam de cursos do nosso idioma, recebem encaminhamento para formação profissional, escolar etc. “Os refugiados encontram por aqui problemas semelhantes aos que enfrentam os próprios brasileiros na busca por trabalho e moradia, acrescentando-se, no entanto, o grave fato de que a maior parte deles não possui dinheiro ou sequer documentos”, aponta Heloisa.

Apesar da assistência dada e do trabalho realizado há anos – inclusive junto à sociedade – eles ainda são vítimas de discriminação. “Como qualquer outro brasileiro ou estrangeiro eles sofrem preconceitos, seja por causa de sua origem, sua cor ou por qualquer outra característica. Embora não sejamos um país

conhecido por sua repulsa a estrangeiros, muitas pessoas confundem refugiado com foragido”, acrescentou a coordenadora.

Outros números

O relatório *Tendências Globais* apontou também que o número de pessoas que se deslocaram por conflitos em seus próprios países – os chamados deslocados internos – cresceu 4% e chegou a 27,1 milhões ao final de 2009.

Em relação ao reassentamento – que transfere refugiados de um país onde se concedeu refúgio uma primeira vez, mas não há mais condições de proteção ou integração, e a transferência para outro se faz necessária –, o Acnur recebeu um número recorde de pedidos no ano passado: 128 mil pessoas, o maior nos últimos 16 anos.

Durante a última década, pelo menos 1,3 milhão de refugiados se naturalizou nos países de refúgio – mais da metade nos Estados Unidos.

Tendências globais

- 80% dos 15,2 milhões de refugiados do mundo vivem em países em desenvolvimento, sendo que mais da metade reside em áreas urbanas.
- As situações prolongadas de refúgio – grupos de pelo menos 25 mil pessoas há mais de cinco anos no exílio – já representam mais da metade dos refugiados sob os cuidados do Acnur.
- Aumenta o número de pedidos de refúgio por crianças desacompanhadas ou separadas: 18,7 mil casos registrados em 2009, sendo 81% deles na Europa.
- Principais países de asilo em 2009: Paquistão (1,74 milhão de refugiados), Irã (1,07 milhão), Síria (1,05 milhão), Alemanha (593,8 mil), Jordânia (450,8 mil), Quênia (358,9 mil) e Chade (338,5 mil).
- Cerca de 80% dos refugiados vivem na mesma região dos seus países de origem.
- Principais países de origem de refugiados em 2009: Afeganistão (2,88 milhões), Iraque (1,78 milhão), Somália (678,3 mil), República Democrática do Congo (455,9 mil), Myanmar (406,7 mil) e Colômbia (389,8 mil). Um em cada quatro refugiados do mundo é do Afeganistão.

Links

www.caritas.com.br
<http://portal.mj.gov.br>

Lei nº 9.474/97
Procuradoria Geral do
Estado de São Paulo
www.pge.sp.gov.br

Cultura:

o 4^o pilar da sustentabilidade

Como a manutenção de culturas e tradições locais desenvolvem a sustentabilidade

Por Juliana Fernandes

Na década de 1980, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento definiu pela primeira vez o conceito de sustentabilidade. De acordo com a organização é o “desenvolvimento que dá respostas às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem respostas às suas próprias necessidades”. Trata-se, portanto, da manutenção econômica, ambiental e social.

A inclusão da cultura nesse sistema aconteceu somente em 2001. A inserção foi uma iniciativa do australiano Jon Hawkes, a partir do lançamento do livro *The Fourth Pillar of Sustainability – Culture’s essential role in public planning* (O Quarto Pilar da Sustentabilidade – o papel essencial da cultura no planejamento público, sem tradução para o português). Na obra, o autor destaca “a importância primordial da cultura e seu valor inestimável para avaliar o passado e planejar o futuro”. A ideia recebeu o apoio de diversos especialistas e inseriu oficialmente o tema na discussão.

“É muito importante ressaltar que hoje em dia há uma tendência de segmentação de conceitos – como sustentabilidade ambiental, sustentabilidade cultural, sustentabilidade de consumo etc. – mas, apesar do foco das ações de acordo com cada caso, o estabelecimento de metas e prioridades, o planejamento e a aplicação do desenvolvimento sustentável, ainda assim, não se deve deixar de pensar em todos os aspectos que o envolvem”,

declara Alice Junqueira, assistente de projetos e comunicação da agência cultural COM TATO, parceira do Instituto Jatobás, que investe em ações de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, a sustentabilidade da cultura depende fundamentalmente das leis de incentivo fiscal. No entanto, a maior parte das iniciativas sobrevivem da chamada indústria cultural. Dessa forma, há mais ações para a ponta da cadeia do que para a base. Outro fator determinante que impede o seu desenvolvimento é o fato de a população ainda não ter o hábito de frequentar atividades ligadas à área. É preciso investir no nível estratégico (definição de políticas, programas e ações culturais), e também no instrumental (ferramentas de aplicação das estratégias).

Cultura: fundamental para a sustentabilidade

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “a afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social”. A organização ainda aponta alguns pontos sociais que podem ser abordados pela perspectiva cultural:

- Erradicação da pobreza: segundo estudos, a pobreza não se reduz à ausência de recursos econômicos. Ela também considera outros aspectos, como as barreiras para o acesso à educação de qualidade e o desconhecimento de valores culturais.
- Democracia e participação: são aspectos fundamentais que possuem vinculação com a cultura e a consolidação da cidadania.
- Perspectiva de gênero: os fatores culturais são fundamentais para as mudanças na estrutura da

família e nas suas funções perante a sociedade. Entre elas estão a importância das culturas juvenis e a relevância das culturas urbanas.

- Consumo responsável: atualmente, há uma grande discussão que aponta e reforça o sentido cultural do consumo como um todo.
- Educação e aquisição de capacidades/habilidades: nessa área, a cultura pode trazer novas possibilidades e instrumentos educativos, relacionando os conceitos em diversas áreas.

Para a consultora internacional Lala Deheinzelin, “o Brasil possui um imenso potencial, mas a falta de informação de lideranças empresariais e governamentais resulta numa triste receita da culinária nacional: estamos fazendo canja com galinha de ovos de ouro. Isso acontece cada vez que perdemos a oportunidade de inovar, agregar valor e competitividade através de investimentos em produtos e processos que tenham na cultura o seu diferencial.”

Por ser um elemento social, a cultura faz parte de toda e qualquer iniciativa promovida pela sociedade. Sua relação envolve questões individuais que estimulam o desenvolvimento pessoal, a confiança e a autoestima. Ela ainda permite desenvolver habilidades criativas e gerar fontes de trabalho, saúde e bem-estar. Nos aspectos coletivos destacam-se a cidadania, o sentimento de comunidade e pertencimento, o intercâmbio cultural, a integração e as conexões entre grupos, além da capacidade de organização e iniciativas comunitárias.

“Temos a péssima tendência de pensar na forma, e não na função. Por exemplo: reciclamos lixo, mas não pensamos na reciclagem de talentos e pessoas. Ou pensamos na revitalização arquitetônica de zonas urbanas, mas em nenhum processo de revitalização de processo humanos (como capacitação), que será a chave para tudo aquilo que foi feito na arquitetura funcione. Investir no humano é a chave para todo o resto”, conclui Lala Deheinzelin.

Desenvolvimento social e local

O Centro Max Feffer Cultura & Sustentabilidade estimula a participação da comunidade nas ações e na definição da programação cultural. O Projeto de Arte Coletiva, por exemplo, alia cultura e educação. As atividades desenvolvidas no centro têm como objetivo contribuir para a formação da sociedade, além de valorizar as especificidades culturais. A ação ainda permite reconhecer as iniciativas e relacioná-las com expressões de outras localidades.

Segundo Alice Junqueira, “todo o trabalho é realizado através de um processo participativo, democrático e inclusivo. A ação é fundamentada no entendimento e na incorporação dos conceitos de desenvolvimento sustentável nas práticas pessoais, comunitárias e das organizações, sempre respeitando e atendendo às expectativas e interesses de todas as partes envolvidas”.

Ações de sensibilização e articulação entre os componentes da sociedade (governo, ONGs, empresas, população etc.) são fundamentais para estimular a cultura sustentável. É o caso do projeto Redes de Desenvolvimento Local, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Na iniciativa, a comunidade realiza o planejamento das atividades em prol da região. O engajamento é essencial para que a rede de colaboração aconteça e deixe legados para as futuras gerações.

De acordo com Rodrigo da Rocha Loures, presidente da Fiep, “o principal benefício do desenvolvimento local é o alcance do bem-estar, para a melhora da qualidade de vida. E não há qualidade de vida sem sustentabilidade. Um mundo insustentável é necessariamente um mundo que não dá as condições de vida adequadas à população, e aí também entra o componente cultural. O desenvolvimento local tem por objetivo a melhora da qualidade de vida das comunidades, respeitando todas as suas características próprias, inclusive as culturais”.

Links

www.centrodeculturamaxfeffer.org.br
www.desenvolvimentolocal.org.br
www.institutojatobas.org.br



Assessoria Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 – sala 614 - Centro
Rio de Janeiro – RJ – Cep 20040-030
Tel.:(21) 2210-0859 Fax. (21) 2508-6649

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas



Informações pela Web com total segurança

www.r2assessoria.com.br



Um tripé para o tripé



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustente.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.



Joana Mao

joanamao@sustente.org

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

Neste momento o mundo caiu em si, tomando consciência de que o modo de fazer e pensar até então não mais atende às demandas prementes requeridas pelo planeta. Enxergar os limites da humanidade, cada vez mais próximos, talvez seja o primeiro passo para um novo trajeto: a gestão estratégica para a sustentabilidade. Mas será que as empresas estão preparadas para isso?

Em princípio, o conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe o balanceamento de três aspectos: o social, o ambiental e o econômico – o conhecido *triple bottom line*. A agenda para essa caminhada inclui tarefas como a definição de prioridades estratégicas com valores de sustentabilidade; o planejamento equilibrado das três vertentes; o monitoramento e o desempenho da organização; a aplicação de ações corretivas eficazes; e, por fim, a avaliação dos resultados provenientes das medidas e práticas adotadas, dimensão por dimensão. Contudo, como isso acontece na prática?

Frequentemente nos deparamos com “departamentos” de meio ambiente isolados nas empresas, por vezes estanques, empenhados ainda em atender tão somente os requisitos legais, desenvolvendo programas de coleta seletiva, plantio de árvores etc. Paralelamente, a área de Recursos Humanos se esforça

para engendrar ações de responsabilidade social que quase sempre se limitam à filantropia. O restante permanece à deriva, focado, sobretudo, nos resultados econômicos e de performance a serem superados, na contramão da tendência atual, uma vez que o conceito de sustentabilidade requer um novo modelo de organização, que não se limita às ações eventuais de meio ambiente e de responsabilidade social, paralelas ao negócio. Nesse novo paradigma, os processos devem estar balanceados. Para tanto, têm de estar integrados, por conta de todas as pressões existentes, inclusive as sociais e ambientais.

Organizações com processos apenas encadeados, com departamentos uns a serviço de outros, trabalhando isolados, preocupados com seus Indicadores Chave de Performance (KPIs) e em defesa da saúde de seus próprios problemas e processos refletem o pensamento cartesiano, lógico e linear. Nesse arquétipo, as pessoas se concentram apenas nos seus objetivos e passam a servir, fundamentalmente, à lógica, aos protocolos, aos diagnósticos, aos relatórios, aos rótulos, aos cargos e às credenciais.

A departamentalização encoraja a acomodação, propiciando a formação de organizações “engessadas”, em decorrência, particularmente, do acúmulo de

informações, que são tratadas geralmente como verdades absolutas, fato que desencadeia um processo de infantilização e de irresponsabilidade dos indivíduos, tornando-os menos cooperativos, transformadores e criativos.

A vivência genuína da sustentabilidade nas organizações implica a cultura das relações, mirando a cooperação. Aplicar ações unicamente nas três bases do tripé da sustentabilidade e verificar, no final do ano fiscal, se a empresa as vem cumprindo, não garante o balanceamento das tramas estratégicas para uma atuação significativa de desenvolvimento sustentável.

O “fazer”, em consonância com o desafio da sustentabilidade, requer um olhar capaz de varrer as potencialidades interdepartamentais a fim de solucionar problemas e equilibrar processos. Por sua vez, o balanceamento é gerado basicamente pela forma como a empresa se organiza, ou seja, pelas possibilidades de interação entre os processos que a organização proporciona, passando a compor um pensar complexo – pensamento este capaz de integrar as partes e proporcionar interfaces enriquecedoras e de muita flexibilidade com o novo, acenando com a perspectiva de um trabalho de desconstruções, de criatividade e de movimentos constantes.


Dessa forma, a câmera deve acionar o *zoom* e mostrar uma visão do todo. Isso requer líderes mais do que conscientes. É necessário que sejam minimamente articulados. Na realidade, o processo sequer demanda líderes, mas, sim, autoliderança, mediante o envolvimento e a integração dos colaboradores de todas as áreas da empresa. Pessoas capazes de mapear o impacto de suas decisões para conseguir balancear os processos e fazer acontecer, genuinamente, a sustentabilidade na prática, por meio do elo entre unidade e multiplicidade, ou seja, pela ligação existente entre as

Na realidade, o processo sequer demanda líderes, mas, sim, autoliderança, mediante o envolvimento e a integração dos colaboradores de todas as áreas da empresa

pessoas envolvidas no processo e no impacto de suas ações e decisões sobre o desenvolvimento do negócio no mundo de hoje.

Sabe-se que, em grupo, as pessoas costumam ter ideias que, isoladas, não teriam. Isso demonstra que a soma das partes é mais que o todo. Por isso, decerto haverá um momento em que o conjunto será interdepartamental para, assim, poder compartilhar suas potencialidades na estratégia da organização com vistas ao futuro, com os “óculos” da sustentabilidade.

O marketing deve encontrar algo positivo em sua atuação, em conjunto com as áreas de meio ambiente e de recursos humanos. Essas ações precisam gerar impactos positivos na organização, a exemplo de crescimento, de conquista de mercado, de inovação, de valorização do negócio e da marca etc. Imaginemos uma gestão em que o padrão se fundamente na cooperação e que a organização do negócio esteja voltada para esse aspecto. Nessa vertente, as pessoas estarão mais envolvidas, departamentos integrarão suas funções, compartilhando suas potencialidades na estratégia do negócio, com o objetivo de balancear os processos do *triple bottom line* e, assim, alcançar resultados mais positivos para a empresa e, em especial, para a sociedade.

Além do *triple bottom line*, fica a sugestão para um novo tripé: integrar pensamentos, envolver pessoas e balancear processos. A partir daí, avaliar os resultados da sustentabilidade, dimensão por dimensão, quanto ao seu equilíbrio, interligado e recíproco. A meta deve ser traçada com base no progresso, acumulando informações de desempenho em sustentabilidade comparáveis no tempo, e servindo de plataforma para novas soluções, crescendo e estreitando os laços entre as diversas áreas da organização e, singularmente, mirando um futuro construído desde agora. 



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



O novo paradigma: a empresa social

O futuro aguarda a fundação de um tipo de entidade mista entre empresa privada e organização não-governamental



Eduardo Magalhães

elaboreseuprojeto@email.com
Sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor e empresas na área de responsabilidade social. Membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de projetos da Building and Wood Workers' International.

A pesar de ter produzido uma quantidade de riqueza jamais vista na história da humanidade, o modelo nascido a partir da Revolução Industrial também gerou um profundo desequilíbrio ambiental, social e econômico. A criação de um mundo diferente é possível se alterarmos substancialmente os padrões de consumo e de processo produtivo, bem como a estrutura e o funcionamento de nossas instituições.

O Segundo Setor, com seus objetivos privados (leia-se obtenção de lucros), não conseguiu oferecer fruição universal de sua produção e, igualmente, mostrou-se incapaz de respeitar o meio ambiente. Seu sucesso é exclusivamente econômico. O Terceiro Setor, por sua vez, tem alcançado grande êxito no campo das políticas socioambientais, mas ainda peca na realização de uma gestão eficiente.

Erradicando a pobreza com o lucro

Considerado um dos mais influentes pensadores de estratégia empresarial da atualidade pela revista *Business Week*, C. K. Prahalad argumenta em seu livro¹ que não só é possível, como também é fundamental para a garantia dos lucros, que as empresas se tornem referência na efetiva diminuição da pobreza. O autor demonstra que o atendimento às populações mais pobres do mundo pelas corporações leva à obtenção de lucros crescentes. Isso é possível a partir do momento em que se passa a atender às demandas de milhões de pessoas, por exemplo, vendendo serviços bancários, de microcrédito, de saúde, telecomunicação, educação, bens de consumo duráveis, entre outros.

No Brasil, a força desse tipo de mercado pode ser constatada com o aumento da Classe C que, nos últimos cinco anos, recebeu mais de 30 milhões de novos integrantes, formando, atualmente, 49% da população.

Essas pessoas (que já são 92,85 milhões) que nunca tiveram acesso a um grande conjunto de mercadorias e serviços passaram a requisitá-los. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 129 países emergentes, entre eles o Brasil, representam 49% do PIB mundial e, até 2030, os países considerados pobres terão 57% de toda a riqueza. Isso obviamente significa que os mercados populares já constituem o maior grupo de consumidores ávidos pela satisfação de suas necessidades básicas para uma melhor qualidade de vida.

O negócio do negócio não é o negócio

Ao contrário do que afirmou o ícone do *laissez-faire*, Milton Friedman, o negócio do negócio não é o negócio, ou seja, nada é mais antilucrativo do que focar somente o lucro. Integrante da Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard, o consultor Andrew W. Savitz defende a ideia do Tríplice Resultado²: socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável. Essa ideia, já razoavelmente conhecida e muito pouco praticada, é apoiada sobre novos fundamentos. O principal deles é que o ecologicamente correto e o socialmente justo, quando vistos como custo pelo empresário – e normalmente é assim – significam um grande equívoco. Savitz, nesse sentido, esclarece e exemplifica que é justamente o desprezo pelo ambiental e pelo social que causa prejuízos, principalmente em longo prazo.

Práticas socioambientalmente irresponsáveis podem até ser lucrativas de imediato, mas provavelmente serão extremamente prejudiciais em médio e longo prazo. Praticar a responsabilidade socioambiental é o que ampliará e perpetuará o retorno sobre o investimento,

ou seja, é o que consolidará a viabilidade econômica. Por exemplo, uma empresa ecologicamente incorreta pode ter sua imagem prejudicada, ser obrigada a pagar pesadas multas ou, ainda, comprometer sua própria fonte de matéria-prima. Vide o corrente exemplo da *British Petroleum* no Golfo do México. Há ainda as organizações que buscam “economizar” pagando maus salários, não oferecendo benefícios e um ambiente de trabalho decente. Tais instituições poderão sofrer com ações trabalhistas, prejuízos em sua imagem, baixa produtividade e má qualidade de seus serviços e mercadorias. O futuro de uma empresa assim está comprometido, e os investidores não pensam no dia seguinte, mas sim em lucros constantes e em largos períodos.

Organizações sem fins lucrativos devem ser lucrativas!


Tendo como característica principal a defesa e a conquista de direitos, o conhecimento prático acumulado pelo Terceiro Setor é muito importante para a manutenção de um planeta menos desigual e desumano. Sua visão e missão orientam e constroem situações melhores para milhões de pessoas. No entanto, ainda devem superar o desafio da excelência na gestão. Normalmente, os dirigentes desse tipo de organização são avessos às palavras: planejamento, estratégia, plano de negócios e dinheiro.

O próprio nome, “organização sem fins lucrativos”, contribui para esse erro. Não ter fins lucrativos não significa que a entidade não deve obter lucros. Se as receitas sempre forem iguais às despesas, a atuação será medíocre ao não permitir avanços. Se as despesas forem maiores que as receitas, simplesmente haverá o encerramento de suas atividades. Por dedução, devemos entender que as chamadas organizações sem fins lucrativos devem sim obter lucros, que serão investidos em sua missão e visão.

Setor dois e meio

Portanto, é imprescindível que as empresas considerem a incorporação do social e do ambiental, além de atender basicamente e cada vez mais as classes médias e baixas. Dessa forma, alcançarão lucros e, efetivamente, construirão um mundo melhor. Trata-se de um novo tipo de empresa, muito diferente da tradicional e com muitas semelhanças em relação a uma ONG. Ou não é uma ONG que primordialmente se preocupa com a melhoria social e ambiental para o maior número possível de pessoas?

Paralelamente, as organizações sociais precisam se profissionalizar. Necessitam incorporar a precisão da ciência administrativa em sua estratégia. Devem elaborar o seu estudo de viabilidade social e econômica. Devem produzir o seu plano de negócios e elaborar projetos com rigor e técnica para maiores e melhores resultados em sua captação de recursos e monitoramento, por meio de indicadores corretos dos impactos produzidos. Sua gestão deve ser feita profissionalmente em todas as áreas que a envolve: contabilidade, captação, pessoal etc. Estamos aqui também nos referindo a um novo tipo de organização, diferente daquela que ignora a gestão e a obtenção de lucros. Esse novo tipo de organização social não estaria se aproximando do que comumente entendemos por empresa?

Esses dois tipos de organizações confluem para uma nova forma de entidade aglutinadora das qualidades de ambas. A nova organização, ou empresa social, como podemos chamar, é estruturada sob uma matriz de interdependência econômica e socioambiental destinada às massas. Não é nem empresa, nem ONG – entendidos em seus modelos clássicos. Constituirá uma nova instituição geradora de riqueza para todos e dentro dos limites da natureza, ao contrário do velho e fracassado paradigma industrial. 

Tendo como característica principal a defesa e a conquista de direitos, o conhecimento prático acumulado pelo Terceiro Setor é muito importante para a manutenção de um planeta menos desigual e desumano

EC Business 2010

A better world to live in

Feira e Congresso Internacional de Ecnegócios e Sustentabilidade
O seu ambiente de negócios

O papel das empresas e da sociedade na Sustentabilidade.



Mailson da Nóbrega



José Domingos Gonzalez Miguez



Sérgio Abranches



Marco Antonio Fujihara

feira | inscrição gratuita | congresso www.ecobusiness.net.br

31 de agosto, 1 e 2 de setembro | Centro de Exposições Imigrantes

Patrocínio



Apoio



Realização & Organização



contato@ecobusiness.net.br
11 3060 2270

twitter.com/ecobusiness10

XI Congresso Brasileiro do Terceiro Setor

Direito, Contabilidade e Captação de Recursos

Dia 24 de setembro de 2010 • Hotel Renaissance • Alameda Santos, nº 2.233 • São Paulo-SP

Decifrando o novo marco legal e contábil do Terceiro Setor (Decreto nº 7.237, publicado em 21/07/2010)

Objetivo: O programa do Congresso tem por objetivo, contribuir com a atualização e o aprimoramento da capacitação profissional da sociedade civil organizada e das empresas socialmente responsáveis, diante das mutações legais, contábeis e de sustentabilidade do Terceiro Setor.

Indicação: Administradores/ Dirigentes Públicos e das organizações não governamentais, Assistentes Sociais, Auditores, Captadores de Recursos, Contabilistas, Ecônomos e Provinciais Religiosos, Estudantes, Membros Municipais e Estaduais e Operadores do Direito.

Programa do Congresso:

8h00 Cadastramento

8h30 Abertura Solene do Congresso

O novo marco legal (Lei 12.101/09 e Decreto 7.237 de 21/07/10) do Terceiro Setor e os reflexos na Política Social de Estado

Maria Luiza Amaral Rizzotti

Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)

Contabilidade do Terceiro Setor

9h00 IFRS for SMPs - Nova norma contábil Internacional a ser aplicada pela Entidade Filantrópica

Ricardo Julio Rodil

Membro do Conselho de Administração do IBRACON; período 2009 a 2011, foi Diretor de Desenvolvimento Profissional do IBRACON - 5ª Regional, em 1995 e 1996, é sócio fundador da NEXIA Auditores Independentes.

9h30 As relevantes mudanças nas regras contábeis relacionadas aos ativos e passivos das Entidades Sociais

Demetrio Cokinos

Membro do IBRACON e OCB, foi Auditor Sênior da KPMG e do Bordem Group (Alba/Adria) é Diretor Suplente do SESCOB e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações no Estado de São Paulo é também Perito Judicial e sócio da Cokinos Auditores e Consultores.

10h00 O impacto das alterações contábeis na gestão das entidades do Terceiro Setor à luz da Lei 12.101/2009 e do Decreto 7.237/10

Leandro Sanches

Sócio da Terco Grant Thornton onde atua na divisão de Gestão de Riscos sendo responsável pela prática de auditoria interna, compliance e certificação para fins de Sarbanes-Oxley.

Willian Pinto

Diretor da Terco Grant Thornton onde atua na divisão de Auditoria, supervisionando os trabalhos de práticas contábeis nacionais e internacionais, implantação e compliance para fins de Sarbanes-Oxley.

10h30 Coffee-break

Auditoria do Terceiro Setor

11h00 Auditoria da entidade filantrópica diante da nova Norma Contábil Internacional e das premissas do Decreto 7.237/10

Sebastian Yoshizato Soares

Diretor do Departamento de Auditoria da KPMG em São Paulo, com formação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis.

Direito do Terceiro Setor

11h30 Papel da Agência Nacional de Saúde na regulação do relacionamento com as entidades do Terceiro Setor e as operadoras de planos de saúde

Antonio Carlos Endrigo

Gerente Geral de Integração Setorial - Diretoria de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde (ANS).

12h00 Debates dos temas dos painéis 1, 2 e 3 com os palestrantes disponíveis na mesa diretora

12h30 Intervalo para Almoço

Entretenimento - Apresentação do Grupo de 13h30 Sapateado da ONG - Recanto Vovô Orlando Bolzan

14h00 (In)constitucionalidades da Lei 12.101/2009 e do Decreto 7.237/10 sob o aspecto tributário

Marilene Talarico

Sócia da Advocacia Gandra Martins, pós-graduada em Direito Constitucional e Tributário, professora e assistente de coordenação do Curso de Direito Tributário do Centro de Extensão Universitário (CEU).

14h30 Isenção Previdenciária à luz do novo marco legal das filantrópicas

Edna Allegro

Auditora da Receita Federal lotada na Diretoria do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS

15h00 Planejamento Legal e Social da Entidade Beneficente à luz do novo Marco Regulatório

Marcos Biasioli

Coordenador Geral do Congresso, graduado em Direito e Administração de Empresas, pós-graduado e mestrado em Direito Empresarial. É sócio da M.Biasioli Advogados, consultor jurídico do 3º Setor, idealizador e editor da Revista Filantropia. Foi docente da PUC/SP, UNIFMU /SP, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade UNA/MG, UniRadial/SP e UNIP/SP

15h30 Coffee-break

16h00 Debates dos temas do painel 4 com os palestrantes disponíveis na mesa diretora.

Captação de Recursos do Terceiro Setor

16h30 Captação de recursos públicos federais por meio de convênios

Carlos Henrique de Azevedo Moreira

Diretor do Departamento de Logística e Serviços Gerais na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão.

17h00 "UNICEF Missão e construção de parcerias"

Anna Penido

Coordenadora do escritório do UNICEF em São Paulo e Líder Avina e fellow da Ashoca Empreendedores Sociais.

17h30 Captação de recursos privados por meio das penas alternativas

Mauro Rogério Bitencourt

Coordenador de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Diretor Técnico da Delegacia Regional de São Paulo.

18h00 Debates dos temas do painel 5 com os palestrantes disponíveis na mesa diretora.

18h30 Encerramento

Para saber mais sobre o programa e os palestrantes acesse:
www.economica.com.br

Apoiadores/Patrocinadores:



COMISSÃO CIENTÍFICA

TITULARES:

MARCOS BIASIOLI
TALITA LUCI MENDES FALCÃO
RICARDO CURIA MONTEMAGNI
ÂNGELA ZACHINELLI ALONSO
GUY DE ALMEIDA ANDRADE
MARCOS ANTÔNIO BOSCOLO

SUPLENTES:

Consulte o site: www.economica.com.br

REALIZAÇÃO:



Informações e Inscrições

Tel: 11 5102-4654

congressos@economica.com.br
www.economica.com.br

Responsável desde o berço

Sustentabilidade e foco no socioambiental são preocupações constantes para a Copagaz

Por Paula Craveiro

Desde sua fundação, em 1955, a Copagaz, distribuidora de gás liquefeito de petróleo (gás LP, mais conhecido como gás de cozinha), já nasceu uma empresa socioambientalmente responsável.

O gás LP é o principal substituto da lenha e do carvão no uso doméstico e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a utilização da lenha e do carvão é responsável por 1,6 milhão de mortes prematuras em todo o mundo, o segundo mais elevado fator de risco ambiental, depois das precárias condições de água e saneamento básico.

De acordo com dados da Copagaz, um botijão de gás de 13 kg evita o corte de aproximadamente dez árvores. “Isso não quer dizer que a responsabilidade socioambiental da Copagaz termina aí. Ela continua a cada dia com a adequação de suas ações às melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade social”, garante Elizete Paes, presidente do comitê de sustentabilidade da Copagaz.

A empresa engarrafa e distribui mais de 500 mil toneladas de gás LP anualmente em 19 Estados e no Distrito Federal, com ética e respeito à legislação. “Temos como valores a defesa e a segurança de nossos consumidores, o respeito para com nossos colaboradores e fornecedores, procurando sempre adequar ações às melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade social”, completa.

Desenvolvimento social

Segundo Elizete, o objetivo principal de uma empresa ao praticar a responsabilidade social é a diminuição da pobreza e das injustiças sociais, por meio de um conjunto de ações em benefício do interesse comum, com foco nas diferentes formas de exclusão social e nas questões ambientais. “Dessa maneira, ela se torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social do país”.

“Com a evolução das empresas, o diretor-presidente e fundador do Grupo Copagaz, Ueze Elias Zahran, passou a incorporar cada vez mais as ações em benefício das comunidades onde a empresa e a Rede Matogrossense de

Televisão atuam, em benefício de seus colaboradores, da natureza e dos consumidores, desenvolvendo projetos sociais próprios e em parceria”, explica Elizete. “Em 1998, ele percebeu a necessidade de agrupar as ações sociais de suas empresas e criou a Fundação Ueze Elias Zahran, que tem na Copagaz sua principal mantenedora”.

Atuação

As áreas de atuação socioambiental da Copagaz concentram-se principalmente em emissões, coleta seletiva, desenvolvimento e capacitação profissional. Os direitos humanos são aplicados no seu cotidiano e em toda sua cadeia de valor, assim como projetos sociais com o objetivo de erradicar a exploração sexual infantil e assistir crianças e adolescentes em necessidades clínicas e institucionais.

O Programa Bolsa de Estudos, o Programa de Incentivo à Leitura, por meio de bibliotecas em suas filiais, e a Capacitação em Sustentabilidade Empresarial possibilitam aos colaboradores da Copagaz o desenvolvimento pessoal e profissional.

Segundo Elizete Paes, os principais projetos atualmente desenvolvidos pela Copagaz são:

- Programa Bolsa de Estudos: oferece subsídio de até 70% da mensalidade escolar do ensino fundamental ao superior e pós-graduação aos colaboradores;
- Projeto Supletivo: promoção de curso supletivo com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento cultural e profissional dos colaboradores;
- Programa de Incentivo à Leitura Biblioteca Jorge Medauar: o principal objetivo é promover a cultura e o estímulo à leitura de seus colaboradores;
- Capacitação em Sustentabilidade Empresarial: treinamento disponibiliza conteúdo sobre os temas sustentabilidade empresarial e responsabilidade social corporativa;
- Programas de Mapeamento e Fumaça Preta: visa à mensuração dos impactos de sua ação logística. Funciona como uma espécie de inspeção veicular

interna, que tem como objetivo a redução da emissão de CO² na atmosfera;

- Programa Coleta Seletiva: busca destinar adequadamente o lixo de todas as suas filiais, beneficiando a comunidade no entorno.

Conquistas

“Não dá para mensurar as conquistas já obtidas. Para nós, todas têm o mesmo peso”, garante a presidente do comitê de sustentabilidade. “Temos obtido alguns avanços no desempenho ambiental. A Copagaz teve um aumento de 100% em relação ao ano anterior na manutenção e modernização dos equipamentos, em consultoria ambiental e gerenciamento de resíduos. Realizamos o mapeamento da frota de veículos dos revendedores e registramos mais de 4 mil veículos, o que nos possibilitará traçar estratégias futuras de redução das emissões de gases de efeito estufa”, afirma.

A educação sempre foi a base de seus projetos. “No início do programa Bolsa de Estudos, o analfabetismo chegava a 30% nos operadores das plantas de engarrafamento. Hoje, ele foi reduzido a zero. Mas ainda há muito o que fazer”, garante.

Responsabilidade com o público interno

A Copagaz prima por manter seus funcionários motivados e proporciona aos seus colaboradores benefícios além do exigido por lei. “Isso faz com que o colaborador seja mais dedicado, honesto, ético e comprometido com o trabalho desenvolvido”, ressalta Elizete.

O índice de rotatividade na empresa é bastante baixo, girando em torno de 3,3%. “É muito raro um pedido de demissão. Eu, por exemplo, completei 38 anos de empresa. Ela está entre as melhores empresas para se trabalhar no país há dez anos. Somos constantemente premiados no pilar gestão de pessoas”, comemora.

Gestão

O Comitê de Sustentabilidade Empresarial, formado por colaboradores de diversas áreas, é responsável pela gestão em sustentabilidade. Ele é quem idealiza, realiza, coordena, mensura e avalia os impactos das ações da empresa. “Não trabalhamos com captação de recursos externos. Os valores destinados às ações fazem parte do orçamento das empresas do grupo”, diz a presidente do comitê de sustentabilidade.

A Copagaz publica seu Relatório Anual de Sustentabilidade A+ de acordo com as diretrizes da



Global Reporting Initiative (GRI), compatível com o Pacto Global das Nações Unidas e que incorpora a planilha do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Plano de metas

Segundo Elizete Paes, a Copagaz conta com um plano de metas, lançado em 2009, que faz parte do Relatório de Sustentabilidade e abrange as áreas de Engenharia, Logística e Recursos Humanos. “A perspectiva é sempre boa, o engajamento das áreas é muito forte; todos querem participar das ações socioambientais. No ano passado, a Copagaz ficou entre as duas melhores empresas na gestão de responsabilidade social no setor óleo e gás, pela revista Isto É Dinheiro. Conquistou o segundo lugar em crescimento sustentável pela Revista Valor 1000 e, neste ano, recebeu o Prêmio Cidadania Corporativa em Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental, Ética e Relacionamento com *Stakeholders* e Envolvimento dos Colaboradores pela revista Gestão e RH. São mais de 70 premiações nos últimos dez anos”, destaca.

Voluntariado interno

Até o momento, a empresa não conta com um projeto de voluntariado interno constituído. Alguns colaboradores desenvolvem ações como beneméritos em suas comunidades e colaboram com os projetos próprios da Copagaz, como o programa Copagaz de Incentivo à Leitura, que é constituído pela implantação de bibliotecas dentro das 15 unidades Copagaz. “Já são oito bibliotecas e, até o final de 2011, as 14 filiais e a matriz contarão com esse espaço. O processo de coordenação, planejamento, controle, decisão e supervisão dos serviços da biblioteca, bem como das atividades técnicas, é executado por funcionários do setor administrativo, em caráter voluntário. O acervo da biblioteca é formado por doações das obras”, finaliza.

Inauguração de biblioteca incentiva a leitura entre os colaboradores



www.copagaz.com.br/sustentabilidade

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



O que dizem os anúncios de responsabilidade socioambiental



Anúncio, por definição, é o ato de anunciar, de levar ao conhecimento do público um fato ou um produto. Os anúncios impressos específicos sobre responsabilidade socioambiental foram alvo do estudo *Qualidade da Comunicação em Responsabilidade Socioambiental*, realizado pela Market Analysis com o objetivo de verificar como as empresas estão utilizando essa ferramenta publicitária.

A pesquisa examinou mais de 950 anúncios que abordam a temática da responsabilidade socioambiental e constatou que houve um crescimento de 51% desde o ano de 2003, aspecto que se apresenta coerente com a impressão da corrida pela sustentabilidade no mundo empresarial; entretanto, esse percentual é menor do que o crescimento do número de balanços sociais publicados no mesmo período que, por sinal, foi de 81%, e também nas matérias na mídia impressa, de 344%.

O foco dos anúncios mudou drasticamente nos últimos anos. Em 2003, 60% lidavam com as questões referentes à responsabilidade social, como os programas ou iniciativas voltadas para públicos carentes, comunidades e grupos específicos, como crianças, idosos ou deficientes. Mas apenas 35% dos anúncios focavam as questões de responsabilidade ambiental, e aquelas com o foco no patrocínio esportivo ou cultural eram em um percentual muito inferior a 5%. No ano passado,

Parece ser lógico pensar que as empresas que mais anunciam ações de responsabilidade social empresarial são as que possuem uma melhor reputação sustentável, mas isso, na verdade, não é regra geral

anúncios sobre responsabilidade social empresarial e sustentabilidade corporativa ganharam ainda mais força entre mídias impressas, totalizando o maior número de anúncios dessa natureza desde o ano de 2003.

No início de 2010, o quadro apresentou uma considerável inversão: as ações de responsabilidade ambiental passaram a ser maioria nas publicações impressas (54%); a responsabilidade social caiu pela metade (27%); e o patrocínio esportivo ou cultural cresceu quatro vezes, respondendo por 20% dos anúncios sobre responsabilidade social empresarial. Portanto, o que se percebe é que as ações de comunicação empresarial estão cada vez mais sendo influenciadas por uma visão de sustentabilidade, e já utilizam uma nova linguagem quanto ao desafio de atrair, conquistar e fidelizar seus clientes. Essa nova linguagem traz em si argumentos voltados ao apelo emocional, em detrimento à visão racionalista, mais ligada a valores e investimentos. Cabe à comunicação o papel de porta-voz de um novo modelo de relacionamento entre as empresas, mercados e consumidores.


O ponto fraco

Contudo, a maior divulgação e os ajustes no foco não têm mudado a grande fraqueza dos anúncios impressos: o que eles informam de relevante para o consumidor final. Apenas 6% dos anúncios com foco ambiental



falam de resultados, e só 9% mencionam o investimento realizado. Nas áreas sociais e de patrocínio o cenário não é diferente, visto que menos de 20% do conteúdo dos anúncios publicados na mídia impressa trazem informações que medem os esforços em responsabilidade social do setor corporativo; em outras palavras, a ampla maioria do conteúdo divulgado ainda é sobre generalidades.

As empresas

Parece ser lógico pensar que as empresas que mais anunciam ações de responsabilidade social empresarial são as que possuem uma melhor reputação sustentável, mas isso, na verdade, não é regra geral. Examinando a correlação entre o número de anúncios da mídia impressa e a posição no *ranking* das melhores empresas em responsabilidade social da pesquisa anual (*Monitor de Responsabilidade Social Corporativa*), nos últimos cinco anos encontramos que essa relação existe para empresas como Vale, Coca-Cola e Petrobras. Porém, outros fortes anunciantes em sustentabilidade, como a Rede Globo, o Banco Real ou a Braskem, não garantem seu lugar no pódio das empresas tidas como modelos de cidadania corporativa para o público geral. Por outro lado, empresas que não anunciam conseguem fazer parte do ranking ano após ano. 

Ficha Técnica

Estudo sobre Qualidade da Comunicação em Responsabilidade Socioambiental Metodologia: Análise de conteúdo de 955 anúncios sobre responsabilidade socioambiental de empresas privadas e públicas veiculados nas revistas VEJA e EXAME entre janeiro de 2003 e 2010.

Link 

www.marketanalysis.com.br

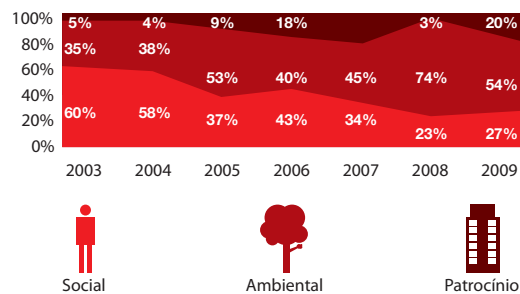
e-mail 

info@marketanalysis.com.br

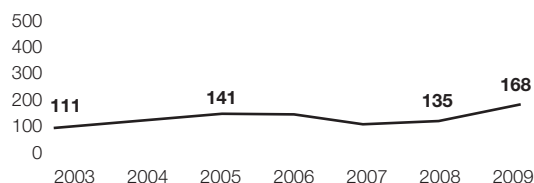
Telefone 

(48) 3234-8573

Evolução no foco dos anúncios



Evolução no número de anúncios sobre RSE



Correlação entre número de anúncios sobre RSE e posição no ranking das melhores em RSC (2005-2010)

Correlação alta



Correlação moderada



Correlação negativa



Ausência de correlação




Prêmio reconhece ações no combate à exploração sexual

O Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes lança a primeira edição do Prêmio Neide Castanha. O objetivo é reconhecer pessoas e entidades que defendam e promovam os direitos infanto-juvenis no enfrentamento da violência sexual. Serão premiadas as seguintes categorias: boas práticas, produção de conhecimento, cidadania, protagonismo de crianças e adolescentes e responsabilidade social. De acordo com o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, o prêmio é um reconhecimento importante para articular redes de proteção social. As inscrições abrem em outubro deste ano e vão até janeiro de 2011. Mais informações sobre a iniciativa podem ser encontradas no site do comitê.

 www.comitenacional.org.br

Rede Jovem disponibiliza serviços pelo celular

A Rede Jovem disponibiliza aos moradores de comunidades de baixa renda informações e atividades gratuitas via mensagem de texto. O serviço é destinado a jovens entre 15 e 24 anos que residem em cidades do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. O programa beneficia cerca de 500 pessoas e ainda conta com bases de apoio em telecentros comunitários. Para receber os boletins, é preciso se cadastrar em dois sites. Os portais são colaborativos e recebem oportunidades ligadas à cultura, arte, internet, televisão, educação, saúde, esporte, trabalho etc. Além dos serviços pelo celular, qualquer pessoa também pode receber as oportunidades por e-mail.

 www.redejovem.org.br/0800
www.redejovem.org.br/smsesporte

Projeto de serviços para ONGs

O projeto Serviços e Cidadania do Instituto RPC, da Rede Paraense de Comunicação, oferece serviços gratuitos de assessoria em gestão e comunicação para ONGs. O objetivo é contribuir para a sustentabilidade das organizações que incentivam a inclusão social e a cidadania. O benefício é disponibilizado a partir da realização de um cadastro no site do instituto, sendo que também podem se inscrever parceiros, pessoas físicas ou jurídicas. Por ano, cada instituição pode solicitar até dois serviços. O projeto ainda oferece conteúdos direcionados às áreas do Terceiro Setor. A iniciativa é uma parceria entre o RPC, instituições de ensino superior, empresas e associações.

 www.rpc.com.br/instituto



Radar

Identidade Negra

Identidade Negra: Direitos e Fortalecimento das Organizações Populares (97 págs., download gratuito) aborda a luta pela promoção da igualdade racial e as diversas formas de afirmação política da identidade negra. O livro contribui para o fortalecimento da luta antirracista, pois dá visibilidade às iniciativas e ações dos grupos populares que atuam nas periferias. A obra ainda estimula a reflexão e a socialização de experiências no campo da igualdade racial e de gênero. A publicação documenta os últimos avanços e conquistas da população negra, bem como os desafios que surgirão no futuro.

 www.cese.org.br/download/31.pdf



Empreendedores Sociais

O livro *Empreendedores Sociais: o exemplo incomum das pessoas que estão transformando o mundo* (264 págs., R\$ 67,00) mostra a atuação dos empreendedores no aperfeiçoamento da gestão moderna de negócios e como essas pessoas se assemelham aos profissionais interessados em ações com fins lucrativos. A obra expõe pensamentos e ações de importantes empreendedores sociais e aponta as vantagens para aqueles que estão interessados em apoiar esse trabalho. A publicação também é um manual não só para quem quer conhecer, mas também para os que desejam se tornar um futuro líder a partir da responsabilidade empresarial.

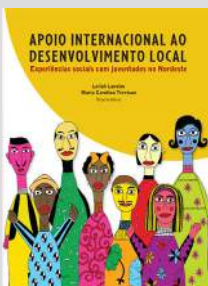
 www.elsevier.com.br



Apoio internacional ao desenvolvimento local


A obra *Apoio internacional ao desenvolvimento local – experiências sociais com juventudes no Nordeste* (248 págs., R\$ 42) analisa, por meio de artigos, as práticas envolvidas na construção de projetos. O livro traz reflexões sobre dilemas e responsabilidades, acertos e erros, indagações e resultados do trabalho desenvolvido. Seus capítulos retratam o papel dos financiadores no desenvolvimento local e a presença da juventude na iniciativa. Além disso, aborda a experiência do acompanhamento, a importância das alianças para esses projetos, a questão educativa e as políticas públicas que se apresentam depois dessas intervenções.

 www.editorapeiropolis.com.br



Educação e Sustentabilidade

Em *Educação e Sustentabilidade – Caminhos e práticas para uma educação transformadora* (108 págs., R\$ 19), os autores discutem o tema a partir de abordagens teóricas e apresentam práticas educativas que auxiliam educadores a transformar o ambiente escolar em um espaço de aprendizagem social. O livro pretende mostrar como o desenvolvimento de sociedades sustentáveis está diretamente relacionado às mudanças no modelo educacional do Brasil e do mundo. A obra foi desenvolvida pelos especialistas em educação e meio ambiente Fernando Monteiro, Maria Lídia Bueno Fernandes e Pedro Roberto Jacobi.

 www.evouircultural.com.br



Cartilha sobre trabalho análogo à escravidão

O Ministério do Trabalho lançou uma cartilha com perguntas e respostas sobre o trabalho análogo à escravidão. A publicação explica como se caracteriza, quais são as penas aplicadas e que tipo de ações o governo promove para combater essa prática. Outro manual também foi lançado para explicar os conceitos de trabalho escravo. O exemplar traz a legislação sobre o tema e o compromisso internacional do Brasil com a erradicação do regime. As publicações foram apresentadas durante o 1º Encontro Nacional sobre Trabalho Escravo, promovido pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

 www.mte.gov.br

Instituto Viver Bem lança fascículo sobre Câncer de Mama

O Instituto Arte de Viver Bem lançou o segundo fascículo da cartilha *Câncer de Mama – Cuide-se e leve uma vida saudável e feliz*. O conteúdo traz dicas para se ter uma maior qualidade de vida durante o tratamento da doença. Entre elas, há informações sobre como ter uma alimentação saudável e a importância do acompanhamento psicológico. Os exemplares são distribuídos gratuitamente em hospitais do Estado de São Paulo. Estiveram presentes no lançamento a ex-jogadora de basquete Hortência, a campeã olímpica no salto em distância Maurren Maggi, a jogadora de vôlei Fofão e o ex-tenista Fernando Meligeni. Os atletas também autografaram camisas da campanha.

 www.artedeviverbem.com.br


Agente Cidadão

O Agente Cidadão é uma organização sem fins lucrativos que funciona como um elo entre quem doa (pessoas ou empresas) e as instituições beneficentes. A ONG coleta, armazena, cataloga e entrega os objetos doados. Entre os maiores volumes de doações estão roupas, computadores e móveis, mas também são aceitos outros tipos de bens materiais, como eletrodomésticos, eletroeletrônicos e alimentos. Em dois anos, o projeto arrecadou 44 mil itens, em benefício das 110 organizações participantes. A iniciativa ainda acompanha os projetos beneficiados para verificar a utilização dos bens e seu impacto na sociedade.

 www.agentecidadao.com.br

Mídias sociais e preservação ambiental

Um *blog* e um *twitter* incentivam a população pernambucana a preservar o meio ambiente e a plantar mais árvores. A iniciativa faz parte da campanha Plante Mais Uma Árvore para Um Mundo Melhor, que tem como objetivo melhorar as condições de vida no planeta. Ao longo de um ano, as organizações que promovem a ação esperam atingir o número de 1 milhão de novas árvores em todo o Estado. A expectativa é que 2,7 mil mudas sejam plantadas diariamente. Idealizada pelas entidades Centro Sabiá, Diaconia e Caatinga, a ação também deve ser realizada nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Outras informações estão disponíveis nas mídias sociais do projeto.

 www.twitter.com/maisarvoresp
www.plantemaisarvores.wordpress.com/a-campanha

Fundação SOS Mata Atlântica lança comunidade virtual

A Fundação Mata Atlântica lançou a comunidade virtual Conexão Mata Atlântica. A iniciativa reúne em rede funcionários, parceiros, fornecedores, patrocinadores, jornalistas e cidadãos. A ação tem por objetivo fomentar e articular um grupo de pessoas preocupadas com a preservação das matas. Via internet, os participantes podem trocar experiências e participar de fóruns e eventos. No espaço, também é possível postar vídeos e fotos sobre o meio ambiente. O lançamento da comunidade virtual aconteceu durante o Viva a Mata 2010, evento que promove iniciativas e projetos em prol da Mata Atlântica.

 www.conexaososma.org.br



Uso eficiente de ajuda ao Haiti

Um portal foi criado para promover o uso eficiente de mais de US\$ 9 bilhões destinados à reconstrução do Haiti. O site integra uma série de iniciativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Por meio de um sistema eletrônico, os recursos são rastreados; assim, é possível acompanhar desde as promessas de doações até os impactos que elas causam na sociedade haitiana. Ernst Metellus, coordenador do governo do Haiti para o gerenciamento de informação em programas e projetos, afirma que a nova plataforma aperfeiçoará os esforços das autoridades. Além de identificar as necessidades da população, o portal tem o objetivo de garantir a transparência da ajuda ao país.

 www.refondation.ht

Vagas de trabalho para deficientes

O portal *Deficiente Online* oferece mais de 2,1 mil vagas para profissionais portadores de deficiência. O serviço também disponibiliza informações, leis e normas sobre o mercado de trabalho. No site, há uma base curricular para cadastro de dados pessoais, profissionais e acadêmicos. As empresas podem consultar esse banco para a seleção de candidatos e os usuários também podem se candidatar às vagas disponíveis. O *Deficiente Online* possui convênio com empresas do ramo administrativo, alimentar, automobilístico, bancário, comercial, hoteleiro, jurídico, entre outros. Os interessados podem acessar o site e se cadastrar gratuitamente.

 www.deficienteonline.com.br

Agosto

Dia	Evento	Local	Realização	Info
18	Avaliação de Políticas Públicas Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
20	Captação de Recursos Internacionais para Projetos Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	Treinamento prático: inserindo propostas no Portal de Convênios SICONS	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
25	Sistema Tributário Municipal: estruturando para arrecadar melhor	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
27	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos – Curso Itinerante	Belo Horizonte /MG	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto de Projetos Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Setembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
1º a 3	Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2010	Recife/PE	Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR)	www.flac.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
9	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor – Curso Itinerante	Brasília/DF	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15	Captação de Recursos com Pessoa Física	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
17	Treinamento Vivencial: A magia do “Em Possível”	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21	Direito do Trabalho e vínculo empregatício no Terceiro Setor	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22	Fumcad em 4 etapas: registro, projeto, captação e prestação de contas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	XI Congresso Brasileiro do Terceiro Setor, Direito, Contabilidade e Captação de Recursos	São Paulo/SP	Econômica Desenvolvimento Empresarial	www.economica.com.br (11) 5102-4654



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Outubro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
14	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos – Curso Intensivo Itinerante	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15	Elaboração de projetos sociais: planejamento e execução	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
18 a 22	Imersão Contábil para o Terceiro Setor	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20	Execução Orçamentária e Financeira	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
21	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor – Curso Intensivo Itinerante	Belo Horizonte/MG	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22	Elaboração de Projetos pelo Marco Lógico (Logical Framework Approach)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
29	Eventos especiais: uma ferramenta de captação de recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Novembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
8	Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos – Curso Intensivo Itinerante	Curitiba/PR	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
8 a 12	Imersão em Elaboração de Projetos Sociais	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
10	Captação de Recursos para Prefeituras: Prepare-se para 2011	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
23	Venda de produtos e serviços e outras formas de geração de renda	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
29	Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos – Curso Intensivo Itinerante	Belém/PA	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF

Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195

Ponto Solidário

Fundado em 2002, o Ponto Solidário é um local para a divulgação e comercialização da produção artística e artesanal de diversas ONGs do Brasil, cooperativas, comunidades regionais, povos indígenas, artistas e outras instituições afins. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos que trabalha com os conceitos de comércio justo, economia solidária e sustentabilidade. O Ponto Solidário é um projeto do Espaço Cultural Yázigi, que visa à valorização do artesanato brasileiro e à inclusão social, e faz parte da política sociocultural do Instituto de Idiomas Yázigi, que desenvolve ações de cidadania, como o projeto Cidadão do Mundo e Consumo Consciente. Promove também ações culturais, gerando acervo, exposições de arte e eventos afins. Sua missão é gerar trabalho e renda por meio de divulgação e comercialização da produção artística e artesanal, impulsionando a identidade cultural.

 www.pontosolidario.org.br



Jogos americanos confeccionados com garrafas PET e embalagens de café por mulheres da fazenda Rancho Grande, em Baobá, Espírito Santo do Pinhal (SP)



Confeccionadas pela associação Artesãs Livres Associadas – Cooperativa Abayom, as bonecas Abayomi são feitas de sobras de panos cedidas pelas confecções, que são amarrados, resgatando o fazer artesanal da forma mais singela, sem costuras e com o uso mínimo de ferramentas

Associação Mundaréu

A Associação Mundaréu é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) e foi criada em 2001 com o objetivo de promover o desenvolvimento e a inclusão social de grupos de produtores artesanais de todo o país. Sua missão é criar oportunidades de geração de renda e trabalho para pessoas excluídas do mercado formal de trabalho como modo de combate à pobreza. Para tanto, a associação se propõe a contribuir com a capacitação de produtores e com a comercialização de seus produtos em concordância com o conceito do comércio justo. A capacitação é uma ação educativa não-formal que visa a suprir a defasagem na educação formal e qualificação profissional dos artesãos. Nesse sentido, o programa abrange várias áreas de formação, oferecendo instrumentos básicos necessários para a estruturação de empreendimentos autônomos sustentáveis. A Mundaréu conta com uma loja, a primeira no Brasil, que vende exclusivamente produtos elaborados de acordo com os padrões do comércio justo.

 www.mundareu.org.br



Produtos feitos e comercializados pela Mundaréu





Alguns produtos vendidos pelo Projeto Terra

Projeto Terra

Com o início de suas atividades em maio de 2002, o Instituto Projeto Terra adotou o conceito de consumo solidário, comercializando produtos brasileiros provenientes de trabalhos sociais, ou de origem reconhecidamente ecológica. O comércio solidário é baseado em negócios feitos com equilíbrio, justiça, transparência e respeito, buscando parcerias entre produtores, revendedores e consumidores que, trabalhando em conjunto, possibilitam a melhoria na vida de comunidades brasileiras através da inserção dos seus produtos nos mercados e a promoção do seu desenvolvimento continuado e sustentável. O Projeto Terra foi criado com o objetivo de ser “prateleira” para esses produtos, que são, em sua maior parte, feitos por ONGs, entidades filantrópicas, comunidades carentes ou pessoas e indústrias que trabalham com matérias-primas de origem ecológica.

 www.projtoterra.org.br

Instituto Ipê

Embora sua fundação oficial tenha sido em 1992, o Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê) começou sua história bem antes, em 1978, quando Claudio Padua resolveu deixar para trás a carreira de diretor administrativo de indústrias para se dedicar exclusivamente à Biologia e à pesquisa do mico-leão-preto, espécie considerada extinta por quase um século. No decorrer das pesquisas, foi identificado que, para a conservação efetiva da espécie, seria necessário o apoio dos moradores do entorno da área onde se localiza o habitat do mico-leão-preto. Começava aí o trabalho de educação ambiental do Ipê. Hoje, o instituto é considerado uma das maiores ONGs ambientais do Brasil, possui título de Oscip e conta com mais de 90 profissionais trabalhando em cerca de 50 projetos espalhados pelo Brasil. Nos locais onde atua, a organização tem adotado o modelo Ipê de Conservação, desenvolvido com base nas experiências obtidas com os anos de trabalho. É um modelo de ação integrado que inclui pesquisa de espécies ameaçadas, educação ambiental, restauração de habitats, envolvimento comunitário e desenvolvimento sustentável, conservação da paisagem e envolvimento em políticas públicas.

 www.ipe.org.br



Camisetas e outros produtos do Ipê remetem à preservação do mico-leão-preto

Viva a tecnologia



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

- Chico, por favor, agora, não! Não falarei novamente. Olha! Cadê o respeito? Eu vou contar até três: MP1, MP2, MP3! Agora, chega! Sem a nem b! Hora de você voltar para a pasta de MPB.

Vida tecnológica, *high tech*, era da informação, século 21. A alcunha que eu mais gosto para o nosso tempo é pós-modernidade. Como é sonoro ouvir que somos além da modernidade. Eu já ia me esquecendo. O Chico em questão é ele, sim, o Buarque de Holanda. Aclamado, amado, filmado e mimado por quase todas e todos, trabalha para mim.

Viva a tecnologia! Embora sejam inúmeras as críticas à forma como aplicamos o conhecimento nos dias atuais, antes expresse meu sincero apreço pelas diversas conquistas modernas. (Certamente antes do derradeiro ponto pingarão gotas de fel no assunto; qual paixão pode preceder de momentos revoltosos?)

Voltando às conquistas dos aparatos modernos, penso no que poderia ter sido da humanidade se houvesse internet ou TV a cabo na época de Jesus Cristo e se Buda fosse um “twitter”. Ainda mais perto de nós, imaginem se Madre Tereza de Calcutá tivesse um blog, Gandhi, um perfil no Facebook, entre tantos outros exemplos. Que poder revolucionário individual chegando a milhões de terrenos ávidos por algo fértil!

A tecnologia fascina pela sua capacidade de ampliar possibilidades saudáveis quando bem utilizada, pois não são poucos os exemplos históricos e trágicos de má utilização: bomba atômica, avião, pólvora. Pegando mais pesado, cito armas atualmente letais: televisão, rádio, revistas, jornais e internet. Triste o que deles é feito; espetacular o que pode vir a ser feito.

Um aparelho portátil atual, pequenino como uma caixa de fósforos, contém milhares de músicas, toda a coletânea de centenas de cantores, cantoras, orquestras, palestras, audiolivros e tantas outras expressões humanas verdadeiramente positivas. Pode-se carregar toda a história do pensamento no bolso esquerdo, literalmente! Eu corro pelas vielas do Parque do Ibirapuera ouvindo Platão, Nietzsche, Clarice Lispector, Rubem Alves, Mario Quintana, Sófocles, Drummond, Fernando Pessoa e tantos outros atletas da sabedoria e da sensibilidade. Haja pernas para correr em direção às suas reveladoras obras de arte.

Nas ciências médicas, transportes, alimentação, educação e outras, a tecnologia é como uma semente. Guarda dentro de si, em potencial, o bem-estar. Seu desabrochar e frutificação saborosos não são líquidos e certos, dependendo da intenção e gerência de seu usuário. Para Benjamin

Franklin, a maior sabedoria consiste em descobrir como aumentar o bem-estar no mundo. Interessante balança: a tecnologia aplicada à vida aumenta ou diminui a dignidade de existência do indivíduo e da coletividade?

Imaginem se alguém justificasse o extermínio das árvores pela possibilidade de caírem galhos nas cabeças das pessoas ou frutos pesados, como a jaca? Imaginem ainda se alguém quisesse banir do planeta as rosas porque elas lembram aos apaixonados desiludidos que outras pessoas são felizes no amor; ou se quisessem queimar todos os livros – na verdade, já tentaram algumas vezes – pelo fato de eles poderem juntar pequenos bichos e mofo entre suas páginas? Pois bem, absurda assim é a incoerência que existe no mau trato da tecnologia. Passo longe de ficar satisfeito quando alguém diz que o mundo está assim por conta da demoníaca televisão, ou a peste da internet. A questão é outra, sempre foi.

Certa vez um discípulo perguntou a um mestre o que era o ser humano. O mestre respondeu que o ser humano é uma casa onde moram dois lobos. O discípulo, intrigado, perguntou então qual dos dois lobos era o mais forte. Ao que o mestre respondeu: - O que você alimentar mais.

Ela é apenas e tão somente um meio, não um fim em si mesma. Quando é transformada em um fim, pode apostar que há um ser humano desgovernado na condição de usuário. Na Idade Média, queimaram muitos livros, trancaram bibliotecas, tornaram ainda mais complexo o acesso à tecnologia máxima, o sabor do saber.

Umberto Eco, em seu romance que virou filme “O nome da Rosa”, revela algo incrível. O enredo trata da época em que o acesso ao saber literário era restritíssimo. Na obra, um monge foi designado para investigar vários crimes que estavam ocorrendo no mosteiro. Os mortos eram encontrados com a língua e o dedo roxos e, no decorrer da história, fica claro que eles manuseavam um livro cujas páginas estavam envenenadas. Quem profanasse a determinação de “não ler o livro” morreria antes que informasse o conteúdo da leitura. Tchanan! O livro em questão era uma obra aristotélica cujo tema era o riso! Sintomático, não?

“Talvez a tarefa de quem ama os homens seja fazer rir da verdade, porque a única verdade é aprendermos a nos libertar da paixão insana pela verdade”. Aristóteles

Nada de paixão insana pela tecnologia, sob pena de se tornar vítima de uma sedutora escravidão. O desafio é a construção de possibilidades de ampliação de horizontes pelo acréscimo de real alegria coletiva. 🌱

Discernimento.
Bom senso.
“Simancol”.
Coerência.
Consciência.
A lista pode
prosseguir,
caminhando no
mesmo sentido:
responsabilidade
na utilização
da tecnologia,
como qualquer
outro recurso
poderoso



Acreditamos no aprimoramento das Entidades como fator de desenvolvimento do Terceiro Setor.

Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

- ▶ Auditoria Independente para Entidades do Terceiro Setor Atuantes nas Áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente;
- ▶ Auditoria de Recursos Específicos (termos de parceria, contratos de gestão entre outros);
- ▶ Consultoria Contábil e Filantrópica para as Entidades do Terceiro Setor.



www.audisaauditores.com.br

MATRIZ - São Paulo/SP
Fone: (11) 3825.9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Fone/Fax: (21) 2586-6376
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3062.8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Fone/Fax: (81) 3463.1862
recife@audisaauditores.com.br



Festival
Latino-Americano
de Captação de Recursos

FLAC 2010

1 a 3 de
Setembro
de 2010

LOCAL:

Mar Hotel Recife
Rua Barão de Souza Leão, 451 – Boa Viagem – Recife/PE

Profissionais
brasileiros
e **estrangeiros**
se unem para trazer
estratégias inovadoras de
captação de recursos

Compareça e compartilhe você também
seu conhecimento: No evento, exponha
suas experiências no “Espaço Aberto”

Realização



Informações e Inscrições

☎ (11) 2281-9643

✉ dialogo@dialogosocial.com.br

🌐 www.dialogosocial.com.br/festival